

Relatório das actividades de segurança e saúde no trabalho

2007

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Processos de regulação	3
3. Gestão das notificações obrigatórias	8
4. Apoio a projectos no âmbito da segurança e saúde no trabalho	9
5. Actividade inspectiva em matéria de segurança e saúde no trabalho	13
6. Ponto Focal Nacional da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho	42
7. Programa Nacional de Educação para a Segurança e saúde no trabalho	50
8. Representações institucionais	53
9. Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008-2012	55
Anexo	57

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar cumprimento ao estipulado no n.º 3 da Resolução da Assembleia da República n.º 44/2001, a qual instituiu o dia 28 de Abril como Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho.

O ano de 2007 foi marcado por uma profunda reestruturação orgânica na área da promoção da segurança e saúde no trabalho, materializada através da agregação do Instituto para a Segurança e Saúde no Trabalho com a Inspeção-Geral do Trabalho, até então organismos autónomos e que, em 1 de Outubro, deram origem à Autoridade para as Condições do Trabalho, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto Lei n.º 326-B/2007.

2. PROCESSOS DE REGULAÇÃO

2.1. Processo de autorização de entidades prestadoras de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho

Prevista desde 1994 no D.L.26/94, de 1-02, a autorização para o exercício da actividade de prestação de serviços externos, apenas veio a ser regulamentada em 2002, pela Portaria n.º 467/2002, de 23-04, estando actualmente versada na Lei n.º 35/2004, de 29-07.

Após a definição de critérios necessários à análise de centenas de processos entretanto acumulados desde 1994, deu-se início à mesma em meados de 2004.

No Quadro 1 apresentam-se os números relativos à actividade do ano 2007, assim como os valores globais desde o início do processo.

Quadro 1 – Dados globais do processo de autorização das entidades prestadoras de serviços externos de SHST - Valores acumulados

	2007	Total
Candidaturas relativas a autorização	83	719
Candidaturas relativas a alteração de autorização	6	9
Empresas autorizadas	31	72
Segurança, higiene e saúde no trabalho	12	17
Segurança e higiene no trabalho	16	50
Saúde no trabalho	3	5
Empresas com alteração de autorização	2	2
Vistorias realizadas	26	101
Empresas vistoriadas	24	91
Processos arquivados	33	172
Ausência de resposta	10	86
Desistência	14	55
Rejeição liminar	0	8
Incumprimento de requisitos legais	9	23
Taxas cobradas (em €)	77 700	272 650
Vistoria	68 450	248 150
Apreciação requerimento	9 250	24 500

2.2. Processo de Certificação de Técnicos Superiores e Técnicos de Segurança e Higiene do Trabalho

Tratando-se de profissões para cujo exercício é obrigatória a titularidade de um certificado de aptidão profissional (CAP), inscrevia-se na competência do ISHST a coordenação deste processo de regulação.

Assim, no que concerne ao processo de certificação de aptidão profissional em matéria de SHT, no Quadro 2 apresentam-se os números relativos ao ano de 2007, bem como os relativos a todo o processo, desde o seu início até 31 de Dezembro de 2007.

Quadro 2 – Número de pedidos relativos ao processo de certificação de técnicos

	2007	Total
Candidaturas recebidas	3017	17342
Candidaturas analisadas	2291	17267
Candidaturas com decisão	2252	16723
<i>Certificados de aptidão profissional emitidos: Técnico</i>	273	2732
<i>Técnico superior</i>	1955	12439
<i>Autorizações provisórias concedidas:</i>	9	243
<i>Indeferimentos</i>	13	917
<i>Extinções</i>	2	312

Relativamente ao processo de renovação dos certificados de aptidão profissional (que ocorre com periodicidade quinquenal), no Quadro 3 apresentam-se os números relativos ao ano de 2007, assim como os totais desde o seu início em Agosto de 2006.

Quadro 3 – Número de pedidos relativos à renovação de certificados de aptidão Profissional

	2007	Total
Candidaturas recebidas	552	913
Candidaturas analisadas	552	913
Candidaturas com decisão	532	826
<i>CAP renovados: Técnico</i>	282	398
<i>Técnico superior</i>	250	427

2.3. Processo de autorização do exercício das actividades de segurança, higiene no trabalho, por trabalhador designado, ou pelo próprio empregador

Em empresas com menos de dez trabalhadores, a legislação prevê que as actividades de segurança e higiene no trabalho possam ser executadas pelo próprio empregador, ou por um trabalhador por si designado. Trata-se de um outro processo regulado pelo ex-ISHST.

Assim, relativamente ao processo de autorização da figura de empregador ou trabalhador designado para o exercício das actividades de segurança e higiene, no Quadro 4 apresenta-se o número de pedidos relativos ao respectivo processo de autorização referente a 2007 e os valores acumulados, desde o início do processo até 31 de Dezembro de 2007.

Quadro 4 – Número de pedidos relativos ao processo de autorização empregador/trabalhador designado

	2007	Total
Pedidos recebidos	45	141
Pedidos analisados	45	141
Pedidos com decisão	39	116
<i>Autorizações: Empregador</i>	14	20
<i>Trabalhador Designado</i>	11	24
<i>Indeferimentos</i>	8	20
<i>Extinções</i>	6	52

2.4. Processo de qualificação de técnicos

2.4.1. Homologação e autorização de cursos de nível III e de nível V

A realização de cursos de formação inicial para técnicos e técnicos superiores de segurança e higiene no trabalho pressupõe a respectiva homologação, tal com a autorização para novas acções.

Este processo iniciou-se em 2001, tal como a certificação dos técnicos (a publicação da legislação regulamentadora verificou-se a partir do ano de 2000, designadamente o Decreto-Lei nº 110/2000, de 30 de Junho, alterado pela Lei nº14/2001, de 4 de Junho e pela Portaria n.º 137/2001, de 1 de Março).

No Quadro 5 apresentam-se os números relativos ao ano de 2007, assim como os valores globais desde o início do processo, diferenciando entre cursos de nível III e cursos de nível V.

Quadro 5 – Homologações de cursos de nível III e de nível V

	2007	Total
Cursos de nível V	51	313
Cursos de nível III	27	158

No quadro seguinte apresenta-se o número de novas acções realizadas, diferenciando as autorizações de novas acções das “sinalizações”, estas últimas realizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Quadro 6 – Autorizações de Novas Acções de nível III e de nível V

		Total 2007
Autorizações de nível III	14	18
Sinalizações de nível III (IEFP)	4	
Autorizações de nível V	102	137
Sinalizações de nível V (IEFP)	35	

2.4.2. Reconhecimentos e validações

Os processos de reconhecimento e validação de acções de formação reportam-se à renovação dos certificados de aptidão profissional.

Relativamente aos cursos de formação reconhecidos e validados no ano de 2007, foram de 36 e 17, respectivamente.

2.4.3. Presenças em Júris de Avaliação final de cursos de nível III e V

No ano de 2007, o ISHST/ACT assegurou a sua representação em 17 júris de avaliação final de cursos de nível III e em 35 júris de avaliação final de cursos de nível V.

De referir que, embora a prioridade tenha sido assegurar o acompanhamento dos cursos de nível III – cabendo ao ISHST/ACT a presidência dos júris – assegurou-se igualmente a presença em cursos de nível V sempre que se afigurou oportuno e possível.

2.4.4. Auditorias

No ano de 2007 foram efectuadas 3 auditorias a cursos de nível III, designadamente a Centros de Formação Profissional do IEFP (Viana do Castelo, Sector Terciário do Porto e Amadora).

3. GESTÃO DAS NOTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

3.1 Relatório anual das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho (Modelo 1714)

Todas as entidades empregadoras estão obrigadas à entrega anual do relatório das actividades de SHST do ano transacto.

A entrega pode ser feita em suporte de papel (Modelo 1714 INCM), na ACT e Delegados Concelhios de Saúde, se o número de trabalhadores for menor ou igual a 10 ou, obrigatoriamente, por meio informático (CD-ROM, disquete ou correio electrónico) para entidades com mais de 10 trabalhadores.

A aplicação informática do relatório, assim como os respectivos manuais de operação necessários ao preenchimento e entrega por meio informático, são disponibilizados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do MTSS, de acordo com a lei.

A seguir apresentam-se os dados inerentes à recepção, em 2007, do relatório.

Quadro 7 – Recepção do relatório anual das actividades de SHST

Relatórios	Suporte papel	Suporte digital	Correio electrónico	Total
Certificados	2 078	2 243	122 839	127 160
Não validados	776	1 843	-	2 619
Recepcionados fora do prazo	797	2 105	-	2 902
Total	3 651	6 191	122 839	132 681

3.2 – Trabalho com agentes biológicos

O trabalho com agentes biológicos, é de notificação obrigatória, uma vez que estamos em presença de uma actividade considerada de risco elevado, pese embora o número de notificações recebidas se poder considerar reduzido.

Esta notificação deverá ser remetida quer à ACT quer à DGS, tendo em 2007, sido recepcionadas 14 notificações.

4. APOIO A PROJECTOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O apoio a projectos no âmbito da SHST, enquadra dois tipos de acções, a promotora e a reactiva.

Como acção promotora entende-se o conjunto de actividades relacionadas com o desenvolvimento e materialização das políticas de prevenção de riscos profissionais que têm sido consideradas, isto é, da implementação de Programas Enquadradores junto dos parceiros da rede de prevenção de riscos profissionais, sendo que como acção reactiva se considera a que decorre da apresentação de propostas, por iniciativa dos diversos promotores.

4.1 Acção promotora

4.1.1 Projectos no âmbito do Movimento Associativo

De forma a reforçar a capacidade técnica e instrumental das associações sindicais, de empregadores e de cooperativas agrícolas, nomeadamente para assegurar uma intervenção mais alargada no âmbito da segurança e saúde no trabalho, foi publicado em 01-10-2003, o Regulamento do Programa de Apoio a Projectos do Movimento Associativo em Matéria de SHST, decorrendo os períodos de candidaturas nos meses de Abril e Outubro.

A expressão quantitativa resultante dos períodos de candidaturas (2003-2005) apresenta-se no Quadro 8:

Quadro 8 – Candidaturas anuais ao Programa do Movimento Associativo

Candidaturas	2003	2004	2005	2006
Apresentadas	3	19	8	-
Encerradas	-	4	14	5

A actividade desenvolvida em 2007 no âmbito do apoio a projectos do Movimento Associativo verificou-se ao nível do apoio técnico na reformulação dos projectos apresentados, na apreciação e instrução para decisão do apoio a conceder relativas aos projectos apresentados, bem como na tramitação e acompanhamento dos projectos aprovados, traduzindo-se no quadro 9.

Quadro 9 – Projectos no âmbito do Movimento Associativo

Projectos acompanhados	10
Projectos apoiados	2
Projectos encerrados	4
Projectos transitados para 2008	6
Montante aprovado	35 279,45 €
Montante disponibilizado	7 244,39 €

4.1.2 – Projectos no âmbito da Semana Europeia

Sob a responsabilidade da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho decorre, em cada ano, a Semana Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho.

No âmbito interno, as actividades inerentes à implementação das semanas europeias têm sido desenvolvidas com o enquadramento da representação do Ponto Focal Nacional, contando o respectivo coordenador com o apoio dos diversos serviços da Área da Prevenção de Riscos Profissionais.

Quadro 10 – Projectos no âmbito da Semana Europeia

Projectos apresentados	8
Projectos acompanhados	9
Projectos apoiados	4
Projectos encerrados	1
Projectos transitados para 2008	8
Montante aprovado	16 000,00 €
Montante disponibilizado	41 841,19 €*

***inclui montantes de projectos de anos anteriores**

4.2. Acção reactiva

A actividade desenvolvida em 2007 no âmbito do apoio a projectos enquadrados na designada acção reactiva, verificou-se ao nível do apoio técnico para apresentação da candidatura e reformulação de projectos apresentados, na apreciação e instrução para decisão do apoio a conceder relativas aos projectos apresentados, bem como na tramitação e acompanhamento dos projectos aprovados, traduzindo-se no quadro 11.

As candidaturas apresentadas enquadram-se em três tipos de acções: Formação, Estudos/investigação e Informação/divulgação.

Quadro 11 - Projectos apresentados e apoiados, por tipo de promotor

ENTIDADE	Projectos apresentados	Projectos apoiados
Associação patronal	4	3
Associação sindical	20	10
Associação profissional	5	3
Associação empresarial	2	2
Comunidade técnica/científica	9	7
Estabelecimentos de ensino	8	5
Administração Pública	1	-
Outros	2	1
TOTAL	51	31

Quadro 12 - Projectos apresentados por tipo de acção

Tipo de acção	Projectos apresentados
Informação e Divulgação	26
Estudos e investigação	3
Formação	22
Não enquadráveis	-
TOTAL	51

Quadro 13 - Montantes dos Apoios Concedidos no Âmbito dos Projectos da Acção Reactiva

Tipo de acção	Montante aprovado, €	Montante disponibilizado, €
Informação e Divulgação	202 573,18	139 497,64
Estudos e Investigação	37 194,01	22 316,41
Formação	463 205,06	269 665,21
TOTAL	702 972,25€	431 479,26€

Quadro 14 - Quadro Síntese da actividade global desenvolvida em 2007, no âmbito da gestão de projectos

		Projectos apresentados	Projectos aprovados	Projectos encerrados	Montantes aprovados, €
Acção proativa	Movimento associativo	-	2	4	35 279,45
	Semana Europeia	8	4	1	16 000,00
Acção reactiva	Informação e divulgação	26	19	17	202 573,18
	Estudos e investigação	3	1	3	37 194,01
	Formação	22	11	25	463 205,06
Total		59	37	50	754 251,70

4.3. Auditorias e visitas de acompanhamento

No decorrer de 2007, foram realizadas 12 auditorias e 7 visitas de acompanhamento a entidades apoiadas para a realização de estudos, de acções de sensibilização e de acções de formação.

5. ACTIVIDADE INSPECTIVA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

5.1. Indicadores sobre a sinistralidade laboral

5.1.1. Acidentes de trabalho

Quadro 14 - Acidentes de Trabalho 1991/1997

1. Actividades Económicas CAE 1973	N.º Total de Acidentes de Trabalho						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1 – Agricultura, Silvicultura e Pesca	16.671	15.390	13.536	12.410	11.073	9.444	7.989
130 – Pesca	3.494	3.597	3.331	3.046	2.447	2.507	2.400
2 – Indústrias Extractivas	3.088	2.904	2.585	2.084	2.670	2.700	2.537
210 – Extracção do Carvão	101	2	-	11	*	92.878	90.075
3 – Indústrias Transformadoras	144.107	136.260	122.840	115.670	91.240	794	752
371 – Indústrias básicas de ferro e aço	1.052	1.136	1.019	518	*	48.719	49.602
38 – Fab. Prod. Metálicos, Máq. Eq. Mat. Transp.	46.684	45.252	37.870	34.945	33.432	27.266	27.661
4 – Electricidade, Gás e Água	2.735	2.146	1.665	1.442	991	7.041	7.170
5 – Construção e Obras Públicas	55.891	53.044	47.328	42.451	43.787	8.915	8.359
6 – Comércio, Restaurantes e Hotéis	29.297	29.471	26.637	24.825	26.693	974	768
7 – Transportes, Armazenagem e Comunicações	11.362	10.772	9.947	8.967	7.951	7.192	8.992
7111 – Caminhos de Ferro	908	682	508	563	*	337	299
8 – Bancos, Seguros e Operações sobre Imóveis	3.668	3.703	3.483	3.472	5.570	1.293	1.293
9 – Serv. Prestados à Colectividade, Sociais e Pessoais	16.748	16.363	16.773	16.513	13.454	2.684	2.796
0 – Actividades mal definidas	10.319	8.402	6.783	6.236	844	1.671	1.462
P – Famílias c/ Empreg. Domésticos	-	-	-	-	-	1.227	1.313
Q – Org. Inter. e Out. Inst. Ext-Territ	-	-	-	-	-	41	39
00 – Ignorada	-	-	-	-	-	432	819
TOTAL	293.886	278.453	251.577	234.070	204.273	216.115	214.326

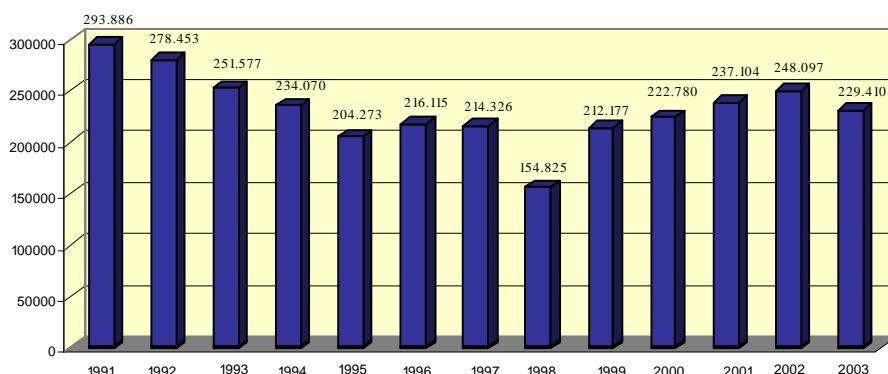
Fonte: DGEEP – Direcção-Geral de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional -MTSS

Quadro 15 - Acidentes de Trabalho 1998/2003

Actividades Económicas CAE – Ver 2	1998	1999	2000 *	2001	2002	2003
A – Agricultura, Silvicultura e Pesca	2.314	6.926	6.780	7.060	7.103	7092
B – Pesca	365	2.120	1.798	1.108	2.044	1914
C – Indústrias Extractivas	1.565	2.514	2.398	2.877	2.854	2395
D – Indústrias Transformadoras	77.352	90.151	84.650	90.786	89.560	81.331
E – Electricidade, Gás e Água	618	723	1.055	1.091	1.021	972
F – Construção	26.912	48.610	48.241	53.721	57.083	51.049
G – Com. Gr/Ret. Rep V. Auto Moto	20.862	28.309	31.106	33.017	36.009	34.131
H – Alojamento e Restauração	4.808	7.364	8.061	7.678	9.087	8.257
I – Transportes, Armazenagem e Comunicações	12.037	7.907	8.675	9.052	10.395	9.460
J – Actividades Financeiras	1.025	824	913	700	721	586
K – Activ. Imob. Alug. Serv. Pr. Emp.	6.967	9.343	9.687	10.107	11.878	11.299
L – Adm. Publ. Defesa e Seg. Social	**	170	4.768	6.568	5.631	5.298
M – Educação	**	1.293	1.347	1.436	1.520	1.416
N – Saúde e Acção Social	**	3.029	3931	5.153	5.651	5.731
O – Outros Serv. Colectividade, Sociais e Pessoais	**	1.942	4.096	4.401	4.880	4.894
P – Famílias c/ Empreg. Domésticos	**	952	1.231	896	956	1.027
Q – Org. Inter. e Out. Inst. Ext-Territ	**	-	4	32	0	16
00 – Ignorada	**	-	4.039	1.421	1.704	2.542
TOTAL	154.825	212.177	222.780	237.104	248.097	229.410

Fonte: DGEEP – Direcção-Geral de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional – MTSS

Figura 1 - Número total de acidentes de trabalho de 1991 – 2003



Fonte: DGEEP – Direcção-Geral de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional -MTSS

A análise estatística dos acidentes de trabalho de 1991 a 2003 mostra que se verificou uma diminuição ao longo da década.

É na indústria transformadora que a descida foi mais substancial (de 147.384 para 81.331) acidentes de trabalho).

O sector da agricultura, silvicultura e pesca regista uma diminuição de 9.579 acidentes de trabalho.

Quadro 16 - Acidentes de Trabalho – 1995/2003

Anos	Totais	N.º de pessoas expostas aos riscos
1995	204.273	2.670.4
1996	216.115	2.686.5
1997	214.326	2.891.0
1999	212.177	3.382.0
2000	222.780	4.222.0
2001	237.104.	5.098.8
2002	248.097	5.106.5
2003	229.410	5.118.0

Fonte: DGEEP – Direcção-Geral de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

5.1.2. Doenças profissionais

Os indicadores disponíveis respeitam às doenças profissionais reconhecidas como tal pela Segurança Social, através do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais.

Quadro 17 – Distribuição das doenças profissionais certificadas por agentes causais com e sem incapacidades

Anos	Doenças profissionais com incapacidade	Doenças profissionais sem incapacidade	TOTAL	N.º Total de pensionistas	N.º participações obrigatórias	N.º Requerimentos iniciais
2002	935	1.264	2.199	22.771	935	1.264
2003	1.142	823	1.965	23.913	4.622	4.432
2004	2.023	1.165	3.188	23.007	4.552	4.159
2005	1.514	2.110	3.624	24.521	4.752	4.342

Anos	Doenças provocadas por agentes químicos	Doenças do aparelho respiratório	Doenças cutâneas	Doenças provocadas por agentes físicos	Doenças infecciosas e parasitárias	Outras doenças (Não incluídas na lista)	TOTAL
2002	17	217	132	1.810	15	8	2.199
2003	10	254	118	1.564	11	8	1.965
2004	25	403	132	2.578	18	32	3.188
2005	12	256	98	1.104	5	26	1.501

Fonte: CNPCRP - Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais

Na prevenção de doenças profissionais, assumem particular importância a perigosidade do agente agressivo, a duração e o tipo de exposição a esse agente, a natureza dos trabalhos efectuados e também as características individuais dos trabalhadores expostos.

A abordagem preventiva é mais complexa que nos acidentes de trabalho, que ocorrem num único momento, pelo que os défices de prevenção, de identificação e controlo dos riscos apenas tem consequências a médio e a longo prazo, só podem ser correctamente percebidos pela intermediação da técnica e exigem ainda um maior articulação e complementaridade de todos os sistemas, particularmente da vigilância da saúde e da prevenção dos riscos no local de trabalho, ou seja, entre a Administração do Trabalho, a Administração da Saúde e a Segurança Social, por forma a desenvolverem o

seu papel próprio e fazerem funcionar as actividades de segurança e saúde no trabalho das empresas.

5.2. Actividade de controlo inspectivo no domínio da segurança e saúde no trabalho

5.2.1. Considerações gerais

Na área da segurança, higiene e saúde no trabalho foram visitados 26.211 estabelecimentos, que abrangeram 373.943 trabalhadores, dos quais 92.641 do sexo feminino e 18 menores de 18 anos.

Quadro 18 - Evolução da acção de inspecção no domínio da SHST

Descrição	2003	2004	2005	2006	2007
Estabelecimentos	15.409	22.005	20.788	26.151	26.211
Trabalhadores	189.549	326.707	269.689	372.503	373.943
Homens	115.249	250.815	216.235	315.905	311.302
Mulheres	74.300	75.892	53.454	56.598	62.641
Menores	52	56	55	36	18
Relatórios	11.848	14.128	12.567	18.512	20.392

Quadro 19 - Incidência na acção inspectiva desenvolvida no domínio da SHST

Anos	Total Estab. Visitados	Estab. visitados S.H.S.T.	Ti % SHST	N.º total Trab.	Trab. H.S.T.	Ti % SHST
2002	23.252	9.103	39,1	358.955	100.621	28,0
2003	28.495	15.409	54,1	312.267	189.549	28,0
2004	40.052	22.005	55,0	464.374	326.707	70,3
2005	31.593	20.788	65,8	550.535	269.689	49,0
2006	35.600	26.151	73,4	568.926	372.503	65,5
2007	38.348	26.211	68,4	564.715	373.943	66,2

As actividades com maior incidência inspectiva foram a construção civil, com 9.445 estabelecimentos visitados (36,1% do total), seguindo-se serviços prestados a empresas 3.207 (12,2% do total), a indústria alimentar 1.579 (6,1% do total), o comércio a retalho 1.186 (4,5% do total) os serviços prestados á colectividade 1.069 (4,1% do total), as indústrias de produtos metálicos e material eléctrico com 882 (3,4% do total) Nestas seis actividades concentraram-se 66,4% dos estabelecimentos visitados.

Importa destacar o aumento relativo da taxa de incidência das visitas inspectivas no domínio da segurança e saúde do trabalho que, de 2002 para 2007, atinge uma expressão superior a 130%.

O número de estabelecimentos visitados por comparação ao ano anterior é significativo bem como (notificações para tomada de medidas), referidos nos quadros seguintes, evidenciando preocupações de conferir mais eficácia a cada visita inspectiva aos locais de trabalho.

5.2.2. Informações elaboradas

Em resultado da acção desenvolvida pelos inspectores do trabalho, neste ano, foram elaboradas, por escrito, 54.095 informações técnicas, das quais 20.392 (37,7% do total) na área da segurança, higiene e saúde no trabalho. Dessas informações no domínio da segurança e saúde do trabalho, 16.842 (82,6 % do total) foram da iniciativa própria da ACT, 311 (1,5 % do total) a pedidos dos sindicatos, 637 (3,1 % do total) a pedidos dos trabalhadores e 2.602 (12,8% do total) a pedido de diversas pessoas ou entidades.

5.2.3. Notificações para tomada de medidas, autos de notícia e suspensões de trabalho

A actividade concreta desenvolvida pela ACT nos locais de trabalho exprime-se num conjunto de instrumentos inspectivos aplicados pelos inspectores do trabalho (notificações para tomada de medidas em determinado prazo, autos de notícia para aplicação de sanções e suspensões imediatas de trabalho em situações de perigo grave e iminente). Tais instrumentos revestem-se de uma natureza eminentemente preventiva na estratégia da abordagem assegurada pelos inspectores do trabalho. Com efeito, a sua utilização integra uma importante componente técnica que, associada ao exercício dos poderes de autoridade dos inspectores do trabalho, tem em vista obter medidas preventivas aplicadas nos locais de trabalho.

Quadro 20 - Procedimentos não coercivos: evolução 2004 a 2007

Diplomas de transposição de Directivas Comunitárias	Notificações para Tomada de Medidas			
	2004	2005	2006	2007
Segurança Local de Trabalho	1.502	2.133	3.591	2.778
Equipamento de Trabalho	974	1.952	1.825	1.323
Equipamento com Visor	13	10	21	205
Equipamento Protec. Individual	430	509	744	443
Movimentação Manual Cargas	29	23	76	414
Sinalização Segurança	289	319	493	286
Ruído	210	197	332	185
Radiação Ionizante	0	0	0	
Agentes Biológicos	37	21	33	185
Agentes Cancerígenos	1	7	10	3
Amianto	10	14	63	101
Chumbo	1	0	0	3
Agentes Químicos	20	19	189	136
Actividades de SHST	2066	3.842	3.076	1.851
Estaleiros	7.692	7.263	9.045	10.525
Indústria Extractiva	131	106	280	157
Condições S.H.S.T/Nav.Pesca/ /Assist.Méd e Direct.Máq.	669	1.119	94	32
TOTAL	14.074	17.534	19.872	18.627

Quadro 21 - Procedimentos coercivos: evolução 2002 a 2007

Ano	Visitas	Locais de Trabalho	Equip. de Trabalho	E. P. I.	Movim. Manual de Cargas	Sinaliz. De Segurança	Ruído	Activ. De SHST	Seg. Trab. Constr.	Outros	TOTAL
2002	8.982	89	94	38	1	11	10	479	4.732	301	5.755
2003	15.409	68	119	50	0	5	2	603	4.438	333	5.618
2004	22.005	44	116	24	2	6	12	881	3.092	217	4.394
2005	20.788	53	156	20	1	9	1	1.600	2.618	379	5.073
2006	26.151	50	140	12	0	2	2	1.870	1.777	514	4.367
2007	26.211	94	161	13	1	12	3	1.759	2.932	206 (a)	5.181

(a) Engloba (Agentes químicos, amianto, industria extractiva, pescas e comunicação de acidentes trabalho ao Tribunal

Quadro 22 – Notificações para tomada de medidas em directivas S.H.S.T.

Ano	2004	2005	2006	2007
TOTAL	14.074	17.534	19.872	16.946

Quadro 23 – Suspensões de trabalho/ Directiva estaleiros temporários ou móveis

Ano	2004	2005	2006	2007
TOTAL	3.565	2.281	1.853	2.380

Das 18.627 notificações para tomada de medidas, 10.525 foram efectuadas ao abrigo do diploma de transposição da Directiva Estaleiros da Construção (DL n.º 273/2003).

5.2.4. Infracções e sanções

No ano de 2007, de um total de 13.342 infracções atuadas, 5.897 (44,2 % do total) correspondem ao domínio da segurança e saúde no trabalho. Estas infracções atuadas correspondem a 63,7% do valor total das coimas aplicadas no ano em causa (cfr. o quadro 27).

Os principais tipos de infracção objecto de procedimento não coercivo e coercivo no âmbito da segurança e saúde nos locais de trabalho, estão discriminados no quadro seguinte.

Quadro 24 – Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio da SHST em 2007

Áreas de Infracção	Notificações para tomada de medidas	% Total	Infracções autuadas	% Total	Coimas (Mínimos)
Organização e Gestão S.H.S.T					
Princípios gerais de prevenção	543	2,7	207	3,5	887.042
Informação e consulta	396	2,0	12	0,2	46.248
Formação	32	0,2	29	0,5	22.904
Actividade SHST- vigilância da saúde	595	3,0	1.378	23,4	1.741.799
Actividade SHST- estatística de sinistralidade	182	0,9	2	0,0	1.344
Actividade SHST- análise de acidente	225	1,1	13	0,2	12.361
Actividade SHST- planeamento e programação	78	0,4			
Actividade SHST- avaliação de riscos	160	0,8	39	0,7	74.142
Actividade SHST- insp. internas de segurança	66	0,3	-	-	-
Actividades emergência	71	0,4	7	0,1	30.911
Coordenação de actividades externas	25	0,1	9	0,2	54.450
Organização serviços SHST	325	1,6	19	0,3	19.346
Seguro de acidentes de trabalho		0,0	574	9,8	1.892.454
Doc. obrigatórios - comunicação acidentes	17	0,1	115	2,0	85.784
Doc. obrigatórios - actividades SHST	297	1,5	48	0,8	37.193
Doc. obrigatórios - modalidades serviços SHST	94	0,5	16	0,3	3.840
Doc. obrigatórios – relatório anual de actividade	41	0,2	40	0,7	9.146
Reparação acidentes trabalho	280	1,4	141	2,4	103.184
Grupos vulneráveis-grávidas/menores	1	0,0	11	0,2	11.387
Representantes trabalhadores SHST	1	0,0			
Prescrições mínimas de SHST-Equip. de trabalho	8	0,0			
Sectores de actividade especiais					
Estaleiros da Construção	10.525	52,5	2.932	49,7	7.064.841
Indústria extractiva	157	0,8	6	0,1	3.840
S.H.S.T navios de pesca	25	0,1	1	0,0	576
Assistência médica navios de pesca		0,0	-		-
Riscos específicos					
Locais de trabalho	2.778	13,9	94	1,6	183.447
Directiva máquinas	2	0,0	-		-
Equipamentos de trabalho	1323	6,6	161	2,7	246.098
Equipamentos com visor	205	1,0	-		-
Equipamento de protecção individual	443	2,2	13	0,2	12.219
Movimentação manual de cargas	414	2,1	1	0,0	576
Sinalização segurança e saúde no trabalho	286	1,4	12	0,2	9.788
Ruído	185	0,9	3	0,1	11.860
Amianto	101	0,5	12	0,2	16.607
Chumbo	3	0,0	-		
Atmosferas explosivas	5	0,0	-		
Agentes químicos	136	0,7	-		
Agentes cancerígenos	3	0,0	-		
Agentes biológicos	13	0,1	2	0,0	10.080
TOTAL	20.041	100	5.897	100	12.593.467

5.2.5. Licenciamento industrial

Nos termos do Regulamento do Exercício de Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril, a Inspeção-Geral do Trabalho participa nos processos de licenciamento industrial, emitindo “parecer”, a solicitação da respectiva entidade coordenadora, e integrando as “vistorias” conjuntas com a entidade licenciadora e demais entidades participantes a efectuar aos estabelecimentos industriais antes de iniciarem a respectiva laboração ou na sequência de alterações à configuração do processo produtivo, tendo em vista assegurar uma intervenção no domínio da segurança do trabalho na fase de projecto (segurança integrada).

Neste contexto, durante o ano 2007, os inspectores do trabalho emitiram Pareceres e participaram em Vistorias, conforme o quadro evolutivo seguinte.

Quadro 25 – Licenciamento Industrial: 2004/2007

Actividades (CAE)	2004		2005		2006		2007	
	N.º de Pareceres	N.º de Vistorias	N.º de Pareceres	N.º de Vistorias	N.º de Pareceres	N.º de Vistorias	N.º de Pareceres	N.º de Vistorias
101/132 – Extrt. Produtos Energéticos e Metálicos	0	3	0	0	2	4	0	0
141/145 – Extr. Minerais não metálicos	83	67	66	101	50	43	77	55
151/160 – Indústria Alim. Bebidas, Tabaco	510	274	289	444	477	354	393	470
171/177 – Indústria Têxtil	72	28	47	79	39	42	41	54
181/183 – Indústria Vestuário e Confecção	18	13	16	39	5	15	22	33
191/192 – Indústria de Curtumes	8	1	1	17	6	14	6	13
193 - Indústria de Calçado	13	12	21	23	4	10	16	18
201/205 – Indústria de Madeiras e cortiça	96	71	52	91	104	137	48	70
211/212 – Indústria de Papel	17	11	17	25	10	20	10	14
221/223 – Indústria Artes Gráficas, Edição, Publica.	22	12	15	24	17	21	15	21
231/233 – Ind. Coque, Prod. Petr.Com. Nucl.	1	1	0	0	14	4	5	1
241/252 – Indústria Química	89	59	64	75	66	97	98	79
261/262 – Indústria Porcelana, Olaria, Vidro	51	33	25	50	34	69	28	21
263/268 – Indústria Cerâmica e Cimento	183	108	121	227	175	212	63	82
271/278 – Indústria Metalúrgica de Base	20	9	15	19	36	56	21	20
281/355 – Indústria Produtos Met. Material Eléctrico	275	134	144	265	213	273	146	168
361/372 - Outras Indústria Transformadoras	96	68	129	230	131	95	49	63
551/555 – Indústria Hoteleira e Similares (Catering)	34	23	6	10	10	6	16	17
TOTAL	1588	927	1.028	1.719	1.393	1.472	1.054	1.199

5.2.6. Acidentes de trabalho objecto de inquérito pela IGT

Compete aos inspectores do trabalho proceder à realização de inquéritos de acidentes de trabalho, em especial, sobre aqueles que revistam de um carácter grave ou frequente. Esta tarefa é de importância fundamental porque permite estudar as medidas susceptíveis de evitar a sua repetição, propor, fazer aplicar e acompanhar a efectivação das medidas de controlo que se demonstrem necessárias. Acessoriamente, a IGT pode ser solicitada a realizar "*inquérito urgente e sumário*" de acidente de trabalho para servir de apoio à actividade dos Tribunais de Trabalho no âmbito do papel que desempenham de garantir congruência ao sistema de reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho.

5.2.6.1. Acidentes de trabalho mortais e graves

No decurso do ano de 2007, foram concluídos pelos inspectores do trabalho que exercem funções nos diversos Serviços Regionais, 319 inquéritos de acidentes de trabalho, (sendo 303 inquéritos de 2007) e 16 acidentes *in itinere* (9 deles de viagem e outros 7 de ou para o local de trabalho). Desses inquéritos 163 referem-se a acidentes de trabalho mortais, ocorridos nesse ano (51,1% do total), 131 a acidentes de trabalho graves (41,1%) e 9 acidentes de trabalho sem gravidade (2,8%).

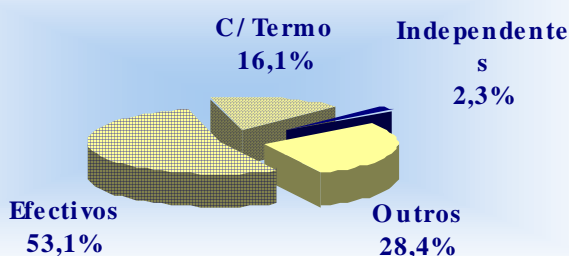
A evolução da actividade inspectiva neste domínio no período 2003 a 2007 teve a expressão constante do quadro seguinte.

Quadro 26 – Acidentes mortais e não mortais de 2003/2007

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007
N.º Inq. Acidente de Trabalho	342	333	373	352	319
N.º Empresas	315	314	344	340	297
N.º Acidente de Trabalho	368	356	373	352	319
In itinere	26	23	10	23	16
No local trabalho	342	333	363	329	303
Mortais	181	197	169	157	163
Graves	147	118	179	159	131
Menos graves	14	18	15	13	9

Em relação à situação dos acidentados no emprego, constatou-se que 161 dos vitimados eram trabalhadores com contrato de trabalho permanente (53,1%), 49 eram trabalhadores com contratos de trabalho a termo (16,1%), 7 eram considerados trabalhadores independentes (2,3%) e 86 detinham outras situações contratuais ou situações contratuais que não puderam ser caracterizadas convenientemente (28,4%).

Figura 2 – Acidentes de trabalho – situação no emprego



Quadro 27 - Vitimas dos acidentes de trabalho por situação no emprego de 2003 a 2007

Situação no Emprego	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Efectivos	183	53,5	197	59,2	212	58,4	176	53,5	161	53,1
C/termo	89	26,0	66	19,8	80	22,0	66	20,1	49	16,1
Independentes	9	2,6	12	3,6	7	1,9	10	3,0	7	2,3
Outras	61	17,8	58	17,4	64	17,6	77	23,4	86	28,4
TOTAL	342	100	333	100	363	100	329	100	303	100

5.2.6.2. Acidentes de trabalho mortais

Constitui objectivo da ACT realizar inquérito sumário e urgente a todos os acidentes de trabalho que tenham provocado a morte socorrendo-se para o efeito de todas as fontes, formais ou informais, de informação que permitam dar conta e abordar o universo deste tipo de eventos. Nestas circunstâncias e por actividades económicas mais significativas, a incidência dos inquéritos realizados a acidentes de trabalho mortais é a que resulta do quadro seguinte.

Quadro 28 – Inquéritos de Acidentes de trabalho mortais 2007 por actividade económica

Actividade económica	N.º	%
Construção Civil	82	50,3
Agricultura/Pecuária	14	8,6
Indústria Prod. Met.Mat.Eléctr.	9	5,5
Serviços Prestados a Empresas	9	5,5
Indústria Extractiva	6	3,7
Ind.Madeiras	6	3,7
Com. Grosso	6	3,7
Transp./ Armazenagem	4	2,5
Indústria Alim./ Beb./ Tabaco	3	1,8
Indústria Cerâmica	3	1,8
Comércio Retalho	3	1,8
Electricidade Gás e Água	3	1,8
Comunicações	2	1,2
Serviços Prestados Colectividade	2	1,2
Indústria de Papel	2	1,2
Com.Rep.Automóvel	2	1,2
Indústria Química	1	0,6
Silv.Explor.Florestal	1	0,6
Ind.Têxtil	1	0,6
Administração Pública Regional	1	0,6
Serviços Saneamento e Limpeza	1	0,6
Associações e Organizações	1	0,6
Serviço e Pessoais e domésticos	1	0,6
TOTAIS	163	100

Quadro 29 – Inquéritos de Acidentes ocorridos por tipo de empresa

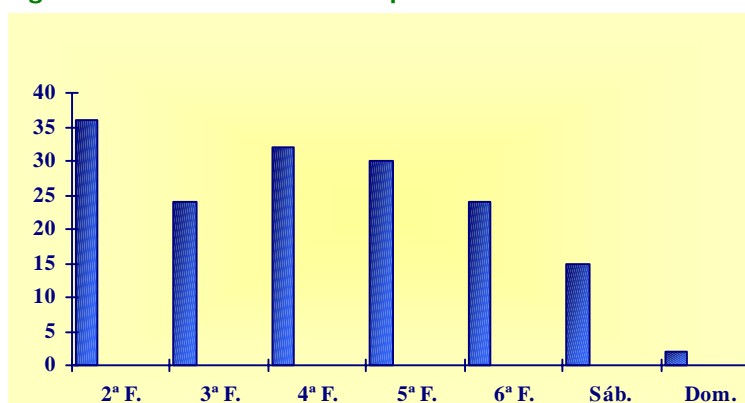
Tipo empresa por n.º de trabalhadores.	Totais	%	Construção	%
De 1 – 9	68	41,7	34	41,5
De 10 – 20	20	12,3	15	18,3
De 21 – 50	32	19,6	13	15,9
Com >50	43	26,4	20	24,4
TOTAL	163	100	82	100

No que diz respeito aos dias da semana em que se verificaram acidentes de trabalho mortais nos locais de trabalho, constata-se o seguinte:

Quadro 30 – Acidentes mortais por dias da semana

Dia da semana	N.º	%
2ª feira	36	22,1
3ª feira	24	14,7
4ª feira	32	19,6
5ª feira	30	18,4
6ª feira	24	14,7
Sábado	15	9,2
Domingo	2	1,2

Figura 3 – Acidentes mortais por dias da semana



A evolução dos acidentes de trabalho nos dias de 2ª, 4ª, e 5ª feira traduzem um aumento significativo dos acidentes de trabalho mortais nestes dias.

No ano de 2007, nestes três dias, registaram-se 60,1% dos acidentes mortais, o que corresponde a 98 acidentes

No que respeita à forma como ocorreram os acidentes de trabalho mortais em 2007, nos locais de trabalho, constatamos que 78 (47,9 %) ocorreram por queda de pessoas; 29 (17,8%) marcha/choque de objectos 23 (14,1%) por compressão objectos, 15 (9,2%) por queda de objectos, 10 (6,1%), por electrocussão, e 8 (4,9) por outras situações.

No que respeita ao agente material, constatamos que em 43 acidentes de trabalho mortais, foram máquinas, o que corresponde a 26,4%, e que outros materiais foi o agente material de 21 acidentes de trabalho mortais representando 12,9%.

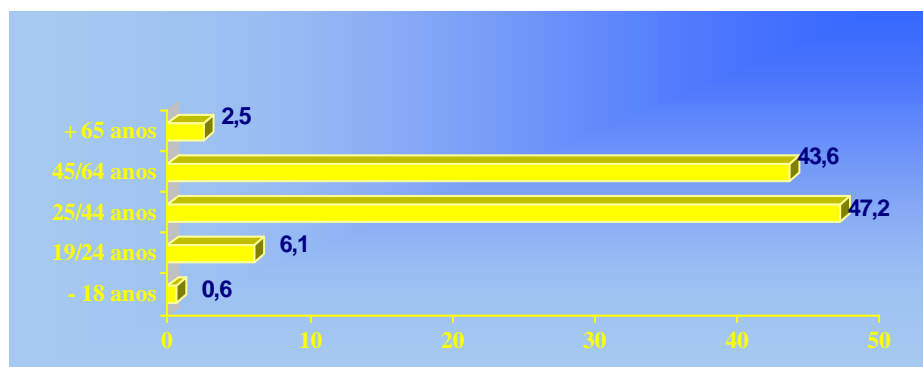
Em relação aos tipos de lesão, verificamos que 127 acidentes de trabalho mortais, representando (77,9%) ocasionaram traumatismo com contusão, 3 originaram fractura (1,8%) , 3 originaram queimadura (1,8%) , 6 originaram asfixia (3,7%) e 12 originaram electrocussão (7,4%).

A distribuição pelo nível etário dos acidentados mortalmente, que foram objecto de inquérito, foi a seguinte.

Quadro 31 – Acidentes mortais por nível etário

Idade	N.º de acidentes	%
- 18 anos	1	0,6
19/24 anos	10	6,1
25/44 anos	77	47,2
45/64 anos	71	43,6
+ 65 anos	4	2,5

Figura 4 – Acidentes mortais por nível etário

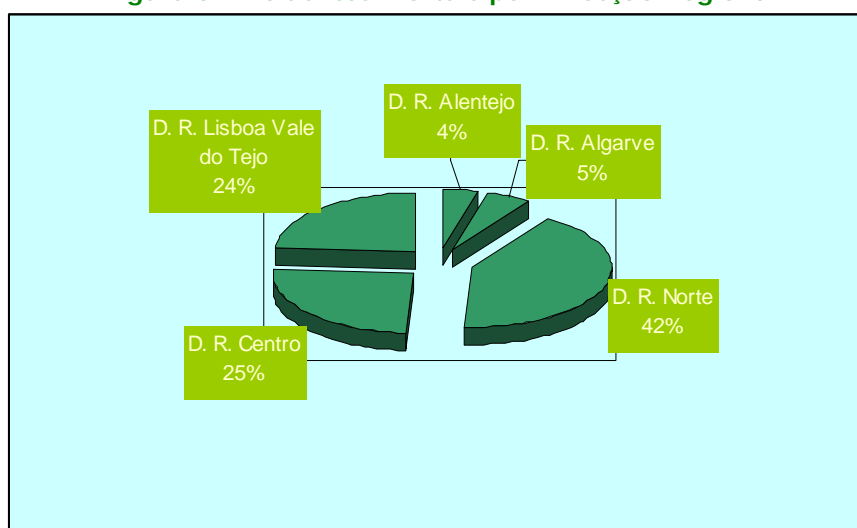


Quadro 32 – Acidentes mortais por Direcção Regional/ Serviço Desconcentrado 2007

Direcção Regional / Serviço Regional Desconcentrado			Número de Acidentes de Trabalho Mortais
D. R. Alentejo (Beja)			7
04	U L do Litoral e Baixo Alentejo	Beja	2
10	C L do Alentejo Central	Évora	4
18	C L do Alto Alentejo	Portalegre	1
D. R. Algarve (Faro)			8
12	U L de Faro	Faro	7
31	C L de Portimão	Portimão	1
D. R. Centro (Viseu)			41
02	C L do Baixo Vouga	Aveiro	6
07	C L da Beira Interior	C.Branco	2
08	U L da Covilhã	Covilhã	1
09	C L do Mondego	Coimbra	10
11	U A ao C L Mondego	Fig. Foz	2
13	C L da Beira Alta	Guarda	4
16	C L do Lis	Leiria	13
29	U L de Viseu	Viseu	3
D. R. Lisb. V. Tejo (Setúbal)			39
01	C L da Península de Setúbal	Almada	2
03	U L do Barreiro	Barreiro	4
17	C L de Lisboa Oriental	Lisboa	15
33	C L de Lisboa Ocidental	Sintra	
20	C L da Lezíria e Médio Tejo	Santarém	5
23	U A ao C L da Lezíria e Médio Tejo	Tomar	1
22	U L de Setúbal	Setúbal	7
24	C L do Oeste	T. Vedras	3
32	U A ao C L do Oeste	C.Rainha	1
26	U L de V.Franca de Xira	V. F. Xira	1
D. R. Norte (Braga)			68
05	U L de Braga	Braga	10
14	C L do Ave	Guimarães	4
06	C L do Nordeste Transmontano	Bragança	4
19	C L do Grande Porto	Porto	19
30	U L de Penafiel	Penafiel	13
21	C L de Entre Douro e Vouga	S.J Madeira	10
25	C L do Alto Minho	V.Castelo	3
28	C L do Douro	Vila Real	3
15	U A ao C L do Douro	Lamego	2
TOTAL GERAL			163

Por Direcção Regional, podemos verificar a seguinte distribuição dos acidentes mortais ocorridos em 2007.

Figura 5 – Acidentes mortais por Direcção Regional



5.3. Actividade de informação e aconselhamento

5.3.1. Considerações gerais

No período de referência deste relatório foi dada particular atenção à função da ACT no domínio da **informação e aconselhamento** a trabalhadores, empregadores e seus representantes sobre a melhor forma de dar cumprimento à legislação sobre as condições de trabalho. O desenvolvimento desta função e a sua visibilização pública operou-se a partir da modernização e permanente actualização do sítio *Internet* (www.act.gov.pt) que serviu de motor às diversas actividades necessárias para assegurar a disponibilização de conteúdos úteis para os destinatários da acção da IGT e que são descarregáveis gratuitamente.

Merecem destaque alguns dos conteúdos que a seguir se enumeram:

- As publicações electrónicas, respeitantes à clarificação sobre alguns domínios relevantes da lei para apoio de empregadores e trabalhadores;
- A edição em papel de publicações (Brochuras, folhetos e livros);
- Os formulários relativos a obrigações de comunicação à ACT;

- As listas de verificação, fundamentalmente para apoio a actividades de inspecção interna de segurança e saúde do trabalho, particularmente nas PME's;
- A actualização da informação sobre destacamento de trabalhadores nos países da União Europeia, decorrendo da posição da ACT como serviço de ligação a outras entidades que na UE detêm idêntica missão;
- A inclusão das FAQ'S (perguntas mais frequentes, permitindo, desta forma, dar resposta a muitas das questões que habitualmente nos eram colocadas;
- Os dados estatísticos sobre acidentes de trabalho mortais objecto de inquérito da ACT.

Os quadros seguintes permitem melhor perceber os domínios de acção abordados, bem como o volume da informação disponibilizada no ano em causa.

Quadro 33 - Publicações em papel e electrónicas

Título	Data
Campanha europeia da inspecção e de comunicação do CARIT: Movimentação manual das cargas na Europa nos sectores dos Transportes e dos Cuidados de Saúde – Alivie a carga! (publicação em papel e electrónica)	Julho 2007
Campanha europeia da inspecção e de comunicação do CARIT: Prevenção das lombalgias no sector dos Transportes – Alivie a carga! (publicação em papel e electrónica)	Julho 2007
Campanha europeia da inspecção e de comunicação do CARIT: Prevenção das lombalgias no sector dos Cuidados de Saúde – Alivie a carga! (publicação em papel e electrónica)	Julho 2007

Quadro 34 – Listas de verificação, questionários e formulários

Tema	Tipo
Minuta de Comunicação de celebração de contrato de trabalho	Minuta
Comunicação de inicio de actividade	Formulário

A função de **cooperação e colaboração** com outras entidades públicas e privadas com missões em domínios análogos aos da ACT, apesar de exercida pelos nossos serviços, aliás de acordo com política que a direcção da ACT entendeu por bem reafirmar, não tem tido expressão nos relatórios anuais de actividade e por consequência tem um défice de reconhecimento interno e externo. No ano de 2007 essa actividade conheceu a expressão que resulta dos quadros seguintes.

Quadro 35 - Acção de cooperação e colaboração com outros organismos

	N.º de Colóquios /seminários	N.º de Acções de formação	N.º de Programas rádio/televisão	N.º de inspectores envolvidos
Associações patronais	17			16
Associações sindicais	1	2		3
Associações profissionais	9			8
Estabelecimentos de ensino	24	50		19
Escolas profissionais	3			3
Organismos da Administração Pública	19	8		24
Outros instituições	25	6	4	19
Empresas	11	1	4	7
Total	109	67	8	

Quadro 36 - Colóquios/seminários da iniciativa da ACT

Tema	Local	Data	N.º de participantes
Riscos de Exposição ao Amianto nos Locais de Trabalho – Sessão de esclarecimento	Lisboa	14 de Março de 2007	60
Sessão Comemorativa do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho	Lisboa	28 de Abril 2007	100
VII Congresso Internacional de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho	Porto	31 de Maio e 1 de Junho 2007	600
		Totais	760

5.3.2. Serviço informativo presencial

A ACT assegura um serviço de atendimento presencial em cada um dos seus 27 serviços regionais desconcentrados distribuídos pelo território continental, bem como nas Lojas do Cidadão de Lisboa, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Setúbal e Braga.

Quadro 37 - Utilizadores dos serviços de atendimento personalizado: 2003 a 2007

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Total Utilizadores	176.628	249.469	323.668	276.293	292.568
Assuntos tratados	590.152	777.402	1.119.946	731.043	795.737
Reclamações recebidas	2.182	1.002	1.765	1.482	3.251

Do total dos utilizadores 72,3% são trabalhadores e 19,2% empregadores. Relativamente aos assuntos tratados os despedimentos representam 17,0% das informações prestadas, as férias e faltas 17,7%, as remunerações 13,6%. As questões sobre a duração do trabalho representam 12,2% dos assuntos apresentados.

Os utentes ligados à actividade do comércio representam 14,6% do total de utentes, a construção 12,7 %, a hotelaria e restauração 14,0%, o serviço doméstico 6,0% e os utilizadores da indústria transformadora representam 13,7%.

5.4. Trabalho de menores

A evolução registada neste domínio é francamente positiva. Se em 1997 por cada mil visitas inspectivas específicas aos locais de trabalho considerados de risco para este efeito, eram encontrados 114,23 menores, esse indicador é em 2007 praticamente inexpressivo (0,13).

Uma análise mais pormenorizada do quadro permite constatar que o número de menores em situação de trabalho ilegal tem expressão muito pouco significativa e que o fenómeno, a considerar-se que persiste, é meramente residual.

5.5. Principal incidência de acção inspectiva no domínio da prevenção dos riscos profissionais

5.5.1. INTERVENÇÕES TRANSVERSAIS

5.5.1.1. Standards mínimos e actividades básicas de segurança e saúde no trabalho

A estratégia comunitária de segurança e saúde para o período de 2002/2007 perspectivava uma abordagem global do bem-estar no trabalho, nas suas dimensões física, moral e social. Neste contexto a acção inspectiva foi direccionada em função de quatro grandes linhas de orientação às quais

comummente se reconhecem condições de eficácia para obter uma redução sustentada dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

Em primeiro lugar a intervenção sobre *standards* mínimos no domínio das **prescrições mínimas de segurança e saúde** relativas aos equipamentos, postos, locais e ambiente de trabalho por forma a que se constituam como um referencial reconhecido da intervenção dos inspectores do trabalho nos locais de trabalho.

Em segundo lugar, a **avaliação dos riscos profissionais**, tal como ela se encontra definida na lei, perfila-se como o elemento nuclear do conhecimento e da percepção dos perigos e das respectivas condições de exposição dos trabalhadores nos locais de trabalho. Neste âmbito, a acção de controlo do cumprimento da lei privilegiou três métodos de identificação de perigos e de avaliação de riscos expressamente referenciados no contexto da descrição das actividades principais de segurança, higiene e saúde do trabalho:

- i.* A recolha e o tratamento de **registos estatísticos** da sinistralidade laboral, porquanto permite à empresa desenvolver a consciência do risco associado à sua própria realidade organizacional e produtiva;
- ii.* A **análise de acidentes**, visando favorecer os processos de aprendizagem com base no erro e corrigir as disfunções detectadas;
- iii.* A realização de **inspecções internas de segurança** pois que, com elas, se desenvolve a capacidade de fazer diminuir os riscos profissionais associados aos componentes materiais do trabalho.

Em terceiro lugar, a **acção de emergência e de socorro** releva de uma importância indispensável na limitação dos danos que possam ser ocasionados pelo desenvolvimento de situações acidentais que não foram convenientemente prevenidas.

Estes contextos de intervenção colocam aos inspectores do trabalho a necessidade de apreciarem a conformidade e a adequação da constituição de **serviços internos de segurança, higiene e saúde do trabalho**. Dificilmente se atingem objectivos neste campo sem que se materializem padrões de comportamento que se constituam como referências visíveis do cumprimento da lei. Neste quadro, a acção inspectiva não pode deixar de considerar o papel de referencial desempenhado por grandes empresas relativamente aos demais empregadores.

Quadro 38 – Intervenções SST transversais em 2007

	N. Empresas	Nº Estab. Visitados	Notific tomada de medidas	n.º Infracções autuadas	Coimas
Standards mínimos SST	6.014	8.589	6.644	1.318	1.878.134
Actividades SST	2.318	3.054	1.981	279	339.928
Serviços internos SST	5	6	6	0	0
Total	8.337	11.649	8.631	1.597	2.218.062

Em quarto lugar, os **sectores de actividade** em que se regista uma maior incidência da sinistralidade mortal e grave a que, mais adiante, se faz referência.

5.5.1.2. Exposição ocupacional ao amianto



A Inspeção-Geral do Trabalho assegurou o desenvolvimento da *Campanha Europeia Amianto 2006* que foi desenvolvida pelas inspecções do trabalho de todos os Estados-Membros da União Europeia, tal como estava previsto no seu Plano de Actividades. Para o *Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho* (CARIT), o principal objectivo da campanha consistia na verificação do cumprimento da Directiva n.º 2003/18/CE, de 27/03/2003, sobre a protecção dos trabalhadores contra o risco de exposição ao amianto, centrando-se nos trabalhos de manutenção, demolição, remoção ou eliminação de materiais contendo amianto. Não tendo sido concluído naquele ano o processo de transposição daquela directiva para ordem jurídica portuguesa, a intervenção inspectiva teve como referencial legal o DL n.º 284/89, de 24-8 que transpunha as Directivas n.º 83/477/CEE de 19/09/1983 e n.º 91/392/CEE de 25/06/1991 e que a directiva anteriormente referida veio alterar.

Para além das actividades de informação e divulgação (produção e distribuição de instrumentos de apoio como desdobráveis e um Guia de Boas Práticas, noticiação no portal da *Internet* da IGT e nos meios de comunicação social, difusão de *mailing* por correio electrónico aos diversos actores sociais), a Inspeção-Geral do Trabalho assegurou uma actividade de controlo inspectivo nos locais de trabalho. Para o efeito, 33 inspectores do

trabalho, de todo o país, foram destinatários de formação específica para intervenção neste domínio, ministrada na ENEFIT (*Escola Nacional de Estudos e Formação de Inspectores do Trabalho*), em resultado de uma parceria com o INTEFP – *Institut National du Travail, de l'Emploi et de la Formation Professionnelle* (França). A formação teve como principal objectivo garantir a eficácia da intervenção inspectiva durante a fase de concretização da Campanha.

A intervenção inspectiva nos locais de trabalho baseou-se em metodologias de intervenção harmonizadas no seio da União Europeia, tendo a acção dos Inspectores do Trabalho sido suportada em instrumentos comuns de recolha de informação e de avaliação.

O quadro abaixo sistematiza as principais actividades desenvolvidas, pela Inspeção-Geral do Trabalho, no âmbito da Campanha Europeia 2006.

Quadro 39 – Exposição ao amianto: Quadro sinóptico das actividades internas desenvolvidas

Acção	Data de realização
Apresentação da Campanha Europeia Amianto 2006 aos Dirigentes da IGT, com vista à sua inclusão no Plano de Actividades para 2006	Novembro de 2005
Elaboração e divulgação (via correio electrónico) de cronograma de actividades específicas a desenvolver	13 de Julho de 2006
Preparação e execução gráfica dos instrumentos de apoio à realização da Campanha: Desdobrável; Guia de Boas Práticas; CD-ROM, contendo Listas de Verificação, apresentação <i>power point</i> , legislação, bibliografia)	Agosto/Setembro de 2006
Realização de reunião de apresentação da Campanha com os Parceiros Sociais representados no CPCS e parceiros sociais da construção civil.	18 de Setembro de 2006
Inserção de notícia sobre a Campanha no sítio da <i>Internet</i> da IGT, com disponibilização do Folheto Informativo e Guia de Boas Práticas. A Campanha também foi divulgada nos sítios <i>Internet</i> da CGTP-IN e da AECOPS.	18 de Setembro de 2006
Envio às Delegações de informação sobre o desenvolvimento e execução da Campanha pelos serviços regionais (Of. Circular n.º 66/GDIGT/06); Disponibilização, às Delegações, dos instrumentos de apoio à realização da Campanha (Desdobrável; Guia de Boas Práticas; CD-ROM)	22 de Setembro de 2006
Envio de nota de divulgação da Campanha à comunicação Social (Nota: A Campanha foi divulgada na Revista Segurança-3º Trimestre, Jornal Semanário de 04/10/2006, Jornal de Notícias de 02/10/2006; Avante de 15/09/2006, entre outros, bem como na Rádio (Renascença/TSF) e televisão (RTP 1- Programa da Manhã), em 13/10/2006)	25 de Setembro de 2006
Divulgação da Campanha junto de outros actores sociais, difundindo <i>mailing</i> por correio electrónico.	24 de Outubro de 2006
Realização de formação a 33 inspectores do trabalho em parceria com o INTEFP	25 a 29 de Setembro e 02 a 06 de Outubro de 2006
Disponibilização de EPI´s aos Inspectores do Trabalho para o desenvolvimento da acção inspectiva	Novembro de 2006
Intervenção inspectiva nos locais de trabalho: 40 locais de trabalho inspeccionados, em 75% dos quais, foram adoptados procedimentos (38 Notificações para Tomada de Medidas; 6 Autos de Notícias; 3 Suspensões de Trabalhos).	Novembro e Dezembro de 2006
Avaliação da Campanha	Janeiro de 2007

Dos resultados obtidos na sequência da actividade de controlo inspectivo nos locais de trabalho, no contexto do desenvolvimento da *Campanha Europeia Amianto 2006*, podem salientar-se os seguintes:

- Entre Novembro e Dezembro de 2006, foram visitados **40 locais de trabalho**, sendo que:
 - Em 10 deles desenvolviam-se actividades de remoção de produtos de fibrocimento e, em 8, actividades de remoção de amianto friável;
 - Em 6, desenvolviam-se trabalhos de demolição de produtos de fibrocimento;
 - Em 5 situações, trabalhos de manutenção de produtos de fibrocimento;
 - Em 11 locais de trabalho, procedia-se à eliminação de resíduos de materiais que continham amianto;
 - Nos locais de trabalho visitados foi detectada a presença de cerca de 267.000 m² de fibrocimento, na sua grande maioria, do tipo cobertura de chapa ou telha de cobertura.

- Dos 40 locais de trabalho visitados, apurou-se o seguinte:
 - **55%** das entidades empregadoras não notificaram, a autoridade competente, das actividades em cujo exercício os trabalhadores estivessem ou pudessem estar expostos às poeiras de amianto ou materiais que o contenham;
 - **62 %** das entidades empregadoras não procederam a avaliações do risco de exposição às poeiras de amianto, determinando a natureza e o nível de exposição a que estão sujeitos os trabalhadores;
 - Em **55%** dos locais de trabalho, não foi elaborado qualquer plano de trabalhos, indicando as medidas indispensáveis à segurança e saúde dos trabalhadores, aquando da demolição ou remoção de amianto ou de materiais que o contenham;
 - Em **55%** deles, não se encontrava organizado, por parte da entidade empregadora, um registo contendo a identificação de cada trabalhador exposto, bem como a indicação do posto de trabalho ocupado, natureza e duração da actividade desenvolvida;
 - Em **62%** deles, os trabalhadores não foram objecto de formação quanto aos riscos e correspondentes medidas de protecção;
 - Em **76%**, os trabalhadores e seus representantes não foram consultados sobre as avaliações do risco de exposição às poeiras de amianto.

- Em 75% dos locais de trabalho visitados, foram adoptados procedimentos inspectivos com vista ao cumprimento da legislação em vigor (38 Notificações para tomada de medidas; 6 Autos de notícia; 3 Suspensões de trabalhos).

No ano de 2007 em continuação da campanha, a ACT desenvolveu a actividade constante do quadro seguinte:

Intervenções	Visitas	Notificações T. Med	Autos Advertência	Informações	Infracções C. O.s	Coimas aplicadas	
						Min.	Máx.
110	155	101	0	104	12	16.607	49.493

Das infracções autuadas verifica-se:

- (1) refere-se à falta de plano de trabalho para demolições e medidas indispensáveis à segurança e saúde dos trabalhadores;
- (5) referem-se à falta de instalações sanitárias e de vestuário adequado;
- (4) a infracção a medidas gerais de prevenção;
- (1) por falta de recolha de resíduos e remoção em embalagens adequadas;
- (1) por falta de comunicação à ACT a realização de trabalhos que incluem amianto;

As notificações para tomada de medidas incidiram nomeadamente em trabalhos de demolições, vigilância médica, medidas de higiene, protecção individual, vestuário de trabalho, instalações sanitárias e de vestuário, informação dos trabalhadores, registo e arquivo de documentos e medidas gerais de prevenção.

5.6. Intervenção em sectores de maior incidência de sinistralidade

5.6.1. Construção e obras públicas

Desde o início da década de 90, por força do aumento do número de obras públicas construídas, o sector tem conhecido um desenvolvimento significativo, atraindo a si um conjunto considerável de mão-de-obra, da qual se destaca a mão-de-obra imigrada, quer sobretudo dos países do Leste europeu quer, ainda, de países de língua portuguesa.

As especificidades deste sector de actividade que bem se expressa na intensa variabilidade das situações de trabalho, na cadeia de responsabilidades própria, bem como a sucessão de decisores e equipas de trabalho, marcam diferenças significativas por comparação com outros sectores produtivos. Este contexto determina que a abordagem inspectiva deva ter em conta

estes factores e utilize os instrumentos e os gestos inspectivos que se mostrem mais adequados e que produzam melhores efeitos.

No plano normativo, embora alguns passos importantes tivessem sido dados, particularmente a publicação do DL n.º 273/2003, revendo o DL n.º 155/95 e o início da elaboração do novo regulamento de segurança na construção, denotam-se algumas lacunas que se expressam enquanto dificuldades inerentes à actuação inspectiva, tais como a inexistência de um quadro de definição e reconhecimento das competências relativas aos coordenadores de segurança e saúde no trabalho.

Quadro 40 – Acção inspectiva no sector da construção (Estaleiros) em 2007

N.º Estab. Visitados	N.º Visitas	N.º Trab. Abrangidos	N.º Rel/Inf.	Apuramentos (euros)		Autos Notícia	Coimas
				Trab.	S. Social		
12..627	19.672	76.479	16.380	2.071.435	466.503	4.329	8.610.212

Quadro 28 – Acção inspectiva no sector da construção (Estaleiros) de 2002 a 2007

Ano	Visitas	Empresas	N.º Trab.	Notific.	Suspe. Trab.	Relat. Inform	Inq. A T.	Autos Notícia
2002	8.982	9.718	52.476	6.994	5.693	5.681	103	4.732
2003	12.059	8.150	33.508	6.584	2.649	6.002	88	6.196
2004	18.275	11.187	69.900	7.692	3.565	6.759	101	4.772
2005	15.380	9.572	91.775	7.263	2.281	5.713	86	4.161
2006	19.577	10.284	77..470	9.045	1.853	15.695	71	4.002
2007	19.672	12.627	76.479	11.196	2.380	16.380	82	4.329

Como pode observar-se no quadro seguinte, no ano de 2007, o enfoque colocou-se, para além dos riscos de queda em altura, nos riscos de queda de objectos por elevação, nos riscos provocados pela circulação de veículos e de outras máquinas de estaleiro, nos riscos eléctricos, nos riscos de soterramento, bem como nas questões associadas à gestão e à coordenação de segurança nesses mesmos estaleiros.

De relevar, ainda, a dinamização do diálogo social sectorial que envolve os actores determinantes no sector da construção – donos de obra, projectistas, entidades executantes, empregadores, trabalhadores e seus representantes, autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação – que se empenharem numa interacção de cooperação que se materializou em

iniciativas diversificadas (reuniões de trabalho, colóquios e seminários, entre outras).

Quadro 42 –Acção Inspectiva na construção –2007

ANO DE 2006

	1 - 5	6 - 20	21-50	> 50	Total
- Dimensão do estaleiro					
- Número de estal. visitados/dimensão	2228	1621	314	132	4295
- Nº. de estal. sem instr. aplicados					

	cumprimento total				cumprimento geral				algum cumprimento				reduzido ou nenhum cumprimento				não aplicável			
	1-5	6-20	21-50	> 50	1-5	6-20	21-50	> 50	1-5	6-20	21-50	> 50	1-5	6-20	21-50	> 50	1-5	6-20	21-50	> 50
- Quedas em altura	40	136	14	32	610	318	68	60	657	346	88	31	509	472	80	7	412	349	64	2
- Transportes no estaleiro	83	141	37	37	428	257	87	47	260	348	73	33	446	338	36	7	1.011	537	81	8
- Queda de objectos / por elevação	114	146	38	31	456	330	86	57	392	329	57	29	394	366	45	8	872	450	88	7
- Soterramento	92	169	40	25	474	186	78	61	357	349	27	30	231	423	56	0	1074	494	113	16
- Riscos eléctricos	174	149	42	32	483	391	81	57	367	405	46	37	438	324	53	0	766	352	92	6

	sim				não				não aplicável			
	1 - 5	6 - 20	21 - 50	> 50	1 - 5	6 - 20	21 - 50	> 50	1 - 5	6 - 20	21 - 50	> 50
UE- directiva 92/57												
- nomeação dos coordenadores	792	706	300	121	617	508	7	11	819	407	7	0
- plano de segurança e saúde	1244	632	305	104	602	480	9	21	382	509	0	7
- comunicação prévia	834	522	296	108	661	491	12	18	733	608	6	6

	número de instrumentos				número de estaleiros			
	1 - 5	6 - 20	21 - 50	> 50	1 - 5	6 - 20	21 - 50	> 50
Instrumentos de acção inspectiva								
- Auto de advertência	222	125	13	2	173	89	4	2
- notificação para tomada de medidas	6089	5479	1243	797	3332	3055	556	307
- suspensão de trabalho	1190	976	98	22	699	559	60	22
- auto de notícia	1363	134	35	33	1288	970	65	21
- participação crime	5	1	0	0	5	1	0	0

Os números apresentados em detalhe, permitem constatar que:

- Foram visitados 4.295 estaleiros, visando constatar a situação quanto aos riscos de queda em altura, relacionados com os transportes no estaleiro, com as quedas de objectos, com soterramentos e riscos eléctricos;
- Em 53,2% dos casos havia planos de segurança e saúde, quando obrigatórios;

- Foi efectuada a nomeação de coordenadores de segurança em 44,7% dos casos quando obrigatório;
- Em cerca de 55,8% dos estaleiros eram observadas as regras de prevenção das quedas em altura;
- Em cerca de 42,7% dos estaleiros são observadas as regras associadas à circulação de máquinas e equipamentos;
- Em cerca 48,1% dos estaleiros são observadas as regras de prevenção de quedas de objectos;
- Em cerca 44,0% dos estaleiros são observadas as regras de prevenção de soterramentos;
- Em cerca 52,7% dos estaleiros são observadas as regras de prevenção contra riscos eléctricos;
- 65,0% dos estaleiros foram objecto de notificação para tomada de medidas;
- Foram levantados autos de notícia em 36,4% dos estaleiros;
- 53,2% dos estaleiros foram alvo de suspensão de trabalhos;

5.6.2. Indústria extractiva

Na sequência dos anos anteriores, foi continuada uma campanha sectorial para o sector das pedreiras (extracção de granitos e pedras naturais), com os resultados constantes do quadro seguinte.

Quadro 30 – Acção inspectiva indústria extractiva

N.º Estab. Visitados	Nº Visitas	Nº Trab. Abrangidos	Nº Rel/Inf.	Apuramentos salariais (euros)		Autos Notícia	Coimas (euros)
				Trab.	S. Social		
585	796	2.980	810	27.539	6.972	87	82.237

5.5.3. Agricultura

O sector agrícola nacional é integrado por empresas familiares e pequenas e médias empresas (PME's) muito dispersas, com défices de organização e marcadas por uma forte sazonalidade.

Desenvolve-se também a agricultura intensiva em zonas geográficas mais aptas e as empresas que operam neste segmento reúnem cada vez mais as características comuns às empresas da generalidade dos sectores de actividade, salvo no que respeita à sazonalidade que é aqui maior.

A abordagem da acção inspectiva no sector agrícola no ano 2006 consta do quadro seguinte.

Quadro 44 – Acção inspectiva segurança no trabalho da agricultura 2007

N.º Estab. Visitados	N.º Visitas	N.º Trab. Abrangidos	N.º Rel/Inf.	Apuramentos salariais (euros)		Autos Notícia	Coimas (euros)
				Trab.	S. Social		
569	629	4.718	512	108.373	28.223	156	214.467

Quadro 45 – Acção inspectiva segurança no trabalho da agricultura 2002/2007

Ano	Visitas	Explorações Agrícolas		Relatórios/Informações	Notificações	Inquéritos de Acid.Trab.	Autos de Notícia
		N.º Expl.	N.º Trab.				
2002	619	438	3.838	128	631	21	190
2003	521	395	2.443	216	226	17	136
2004	787	573	2.905	637	315	12	136
2005	788	473	3.957	230	400	5	134
2006	453	357	921	373	135	13	264
2007	629	569	4.718	512	591	14	156

5.6.4. Pescas

O sector das pescas constitui uma actividade em que as condições de segurança e higiene no trabalho são particularmente potenciadoras da ocorrência de acidentes de trabalho.

Tratando-se de um dos quatro sectores de actividade que nos países comunitários apresentam uma taxa de incidência de acidentes de trabalho superior em 30 % à média dos restantes sectores, resultantes da especificidade dos riscos que lhe estão associados, considerou-se ser da maior relevância desenvolver uma Campanha de informação nomeadamente junto de Armadores, de Trabalhadores, das Capitánias dos Portos e Administrações Portuárias, perspectivando-se a plena vigência do DL n.º 116/97, de 12 de Maio e da Portaria n.º 356/98, de 24 de Junho, quanto às embarcações que constituem a maioria da frota pesqueira.

No plano do controlo inspectivo foram efectuadas 77 notificações para tomada de medidas e levantado oito autos de notícia com aplicação de coima no montante de 6.164 euros.

5.6.5. Outros sectores de actividade

De acordo com o plano de acção inspectiva da IGT para 2007 foi considerada a importância da intervenção em outras actividades da indústria transformadora (a metalurgia e produtos metálicos, a indústria têxtil e vestuário e a indústria de madeiras), bem como algumas actividades do sector do comércio e serviços (em especial o comércio e reparação automóvel e as clínicas de saúde privada, nomeadamente hospitais particulares). A expressão dessa intervenção traduz-se em alguns indicadores que constam do quadro seguinte.

Quadro 46 – Acção inspectiva em outros sectores de actividade

Actividade	Estab.	Visitas	Trab.	Relatório	Notific tomada medidas	Autos de notícia	Coimas (Mínimo)	Inq Acid Trab
Ind. Metalurgia	1.419	2.016	60.474	1.990	1.664	266	536.613	9
Ind. Têxtil	373	560	12.547	556	205	89	142.617	1
Com Rep. Auto	834	1.272	6.992	1.183	964	265	289.720	2
Ind. Madeiras	434	588	8.963	563	613	106	136.387	6

6. PONTO FOCAL NACIONAL PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Agência Europeia para a segurança e saúde no Trabalho (AESST) é o organismo da Comissão que tem como missão recolher e tratar informação técnico-científica de segurança e saúde no trabalho assim como difundir este conhecimento através de uma rede, prestando particular atenção às PME que são normalmente mais vulneráveis aos problemas de SST e proporcionando-lhes soluções práticas e eficazes no local de trabalho.

A rede da AESST, constituída pelos parceiros sociais, comunidade técnico-científica, técnicos de SHT, peritos de SST, parceiros institucionais e empresas, é gerida em cada estado membro pelo Ponto Focal Nacional, que assegura estas tarefas de recolha e troca de informação e representam a AESST ao nível do Estado-membro.

No âmbito das suas atribuições, o Ponto Focal Nacional (PFN), de carácter tripartido, realiza um conjunto de actividades variadas, inscritas no Plano de Actividades da AESST e no Plano de Actividades da organização nacional que a representa e que em Portugal é a ACT- Autoridade para as Condições de Trabalho.

6.1 Actividades inscritas no Plano de Actividades da AESST

6.1.1. Observatório Europeu de Riscos Emergentes (ERO).

6.1.1.1 Recolha de informação sobre riscos emergentes e aprovação dos relatórios e estudos do ERO

O ERO foi criado no âmbito da Estratégia Comunitária 2002-2006 com o objectivo de antecipar o conhecimento dos riscos resultantes das novas formas de trabalho, os riscos tradicionais que estão a aumentar em resultado dos novos processos produtivos ou das novas percepções e conhecimento científico.

A informação produzida pelo ERO, é remetida aos Pontos Focais Nacionais (PFN) para aprovação. Esta aprovação é feita com o apoio da comunidade técnico-científica, e quando necessário são sugeridas alterações ou a introdução de novos elementos.

No caso dos relatórios feitos pela própria AESST compete ao PFN a recolha de informação e envio à AESST.

Em 2008, foram produzidos 4 relatórios, dois estudos, um sobre trabalhadores migrantes e outro sobre boas práticas no trabalho dos jovens e a Magazine relativa à Campanha 2008 “Lighten the Load”

Quadro 47 - Lista das publicações e trabalhos do ERO

OSH in figures: Young Workers - Facts and figures
Expert forecast on emerging psychological risks related to occupational safety and health
Work related musculoskeletal disorders: Back to work
Expert forecast on emerging biological risks related to occupational safety and health
Literature study on Migrant Workers
A safe start for Young workers in Practices
Magazine “Lighten the Load”

6.1.1.2. Representação da AESST e divulgação do trabalho do ERO

O ERO foi apresentado em todas as iniciativas realizadas sob o patrocínio do PFN (Anexo I) e foram remetidas 4 notas de imprensa para a comunicação social.

6.1.2. Publicações

A difusão da informação é feita *on line* e em papel através de instrumentos tais como fichas técnicas (Facts), relatórios, desdobráveis, cartazes, DVDs, notas de imprensa, entre outros

Estes produtos, elaborados pelos Centros Temáticos são aprovados pelos PFN, em colaboração com os especialistas, remetidos ao Gabinete das Publicações Oficiais da EU para tradução e finalmente aos PFN para revisão da tradução. A sua divulgação é feita directamente pela Agência para os parceiros da Rede, pelos Pontos Focais nas iniciativas apoiadas e através da Internet. Em 2007 foram revistas 17 traduções (Quadro 47)

Quadro 48 - Publicações (revisão das traduções)

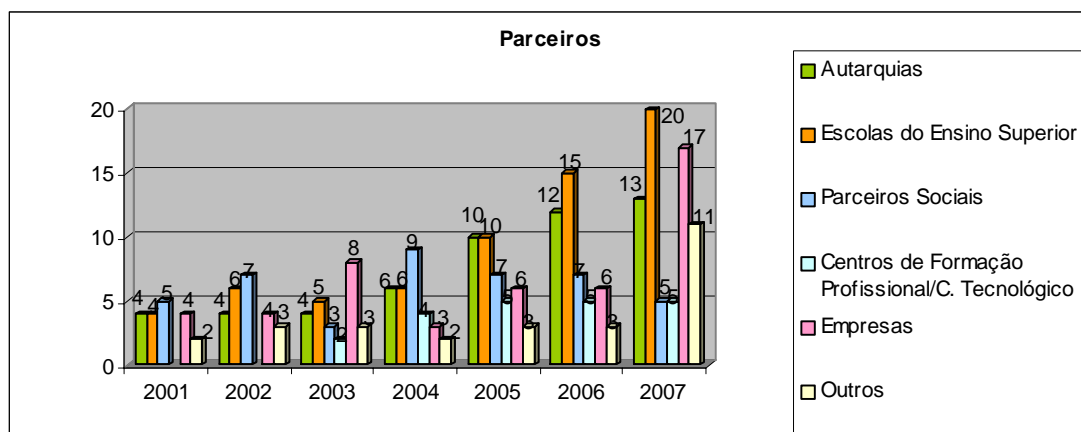
O Ruído em Números	Facts N° 67
Previsões de peritos sobre os riscos biológicos emergentes relacionado com a segurança e a saúde no trabalho	Facts N° 68
Jovens trabalhadores – Factos e números Emprego jovem	Facts N° 69
Jovens trabalhadores- Factos e números. Exposição a riscos profissionais e consequências para a saúde	Facts N° 70
Introdução às lesões músculo- esqueléticas	Facts N° 71
Lesões cervicais e dos membros superiores relacionadas com o trabalho	Facts N° 72
Perigos e riscos associados à movimentação manual de cargas no local de trabalho	Facts N° 73
Previsão dos peritos sobre os riscos psicossociais emergentes relacionados com a segurança e saúde no trabalho	Facts N° 74
Lesões músculo – esqueléticas de origem profissional. Regresso ao trabalho	Facts N° 75
Economia nacional e segurança e saúde no trabalho	Facts N° 76
Vantagens para as empresas de uma boa segurança e saúde no trabalho	Facts N° 77
Atenção! Mais carga não	Desdobrável
Atenção! Mais carga não. Prémio Europeu de Boas Práticas	Folheto
Atenção! Mais carga não	DVD-Napo
Atenção! Mais carga não	Cartaz
Boa Segurança e Saúde: um bom negócio	Relatório Ar
Relatório de Avaliação da Agência	Relatório

6.1.3. Representação da AESST.

Compete ao PFN representar a AESST a nível nacional. Esta representação é assegurada pelo técnico a quem compete a representação a nível nacional, pelos representantes dos Parceiros Sociais que têm assento no Conselho de Direcção da AEEST e fazem parte do Ponto Focal ou pelo dirigente do serviço que tem competências atribuídas e assento no Conselho de Direcção da AESST. Em 2008 a Agência foi representada através de uma comunicação oficial em cerca de 50 iniciativas. As iniciativas promovidas com patrocínio da Agência desenvolvem-se na sua generalidade em parceria com os elementos da rede de prevenção, concretizando assim a sua visão de estabelecer ligações e difundir a informação. Estabeleceram-se neste período 75 parcerias, 18 com novas entidades que aderiram à Rede de Prevenção.

As entidades que trabalharam com a ACT enquanto PFN, foram 20 escolas do ensino superior, 17 empresas, 13 autarquias, 6 parceiros sociais e 5 centros de formação profissional. (Quadro 49).

Quadro 49 - Parcerias



6 1.4 Campanha Europeia 2007

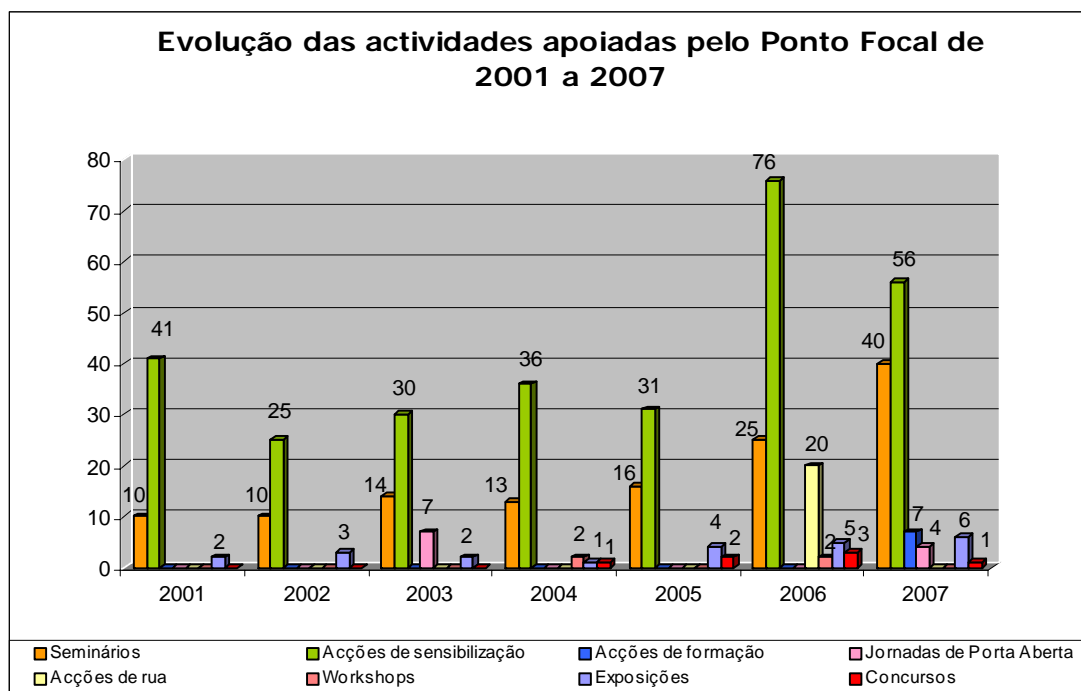
Das actividades desenvolvidas pela AESST destacam-se as campanhas de informação que têm acontecido no espaço europeu, e fora dele, desde 2000, sob a designação "Semana Europeia"

Até hoje foram tratados diversos temas que correspondem às preocupações mais prementes no campo da segurança e saúde dos trabalhadores. Este ano a escolha recaiu sobre o tema já tratado em 2000, a prevenção das lesões músculo-esqueléticas. As dores nas costas e outras queixas de origem músculo esquelética, por parte dos trabalhadores europeus, continuam a ser uma constante para além de que os indicadores estatísticos apontam de uma forma clara que cerca um terço das doenças profissionais reconhecidas são do foro músculo-esquelético.

Sob o lema "Atenção! Mais carga não", a Campanha Europeia 2007 da AESST visou combater as Lesões Músculo-esqueléticas Relacionadas com o Trabalho - LMERT, promovendo uma abordagem de gestão integrada assente em 3 elementos chave: informação e formação de trabalhadores e empregadores, participação dos trabalhadores, adopção de medidas que tenham em conta todas as cargas exercidas sobre o indivíduo desde o stresse psicológico aos ritmos de trabalho e aos factores ambientais a que o trabalhador está exposto;

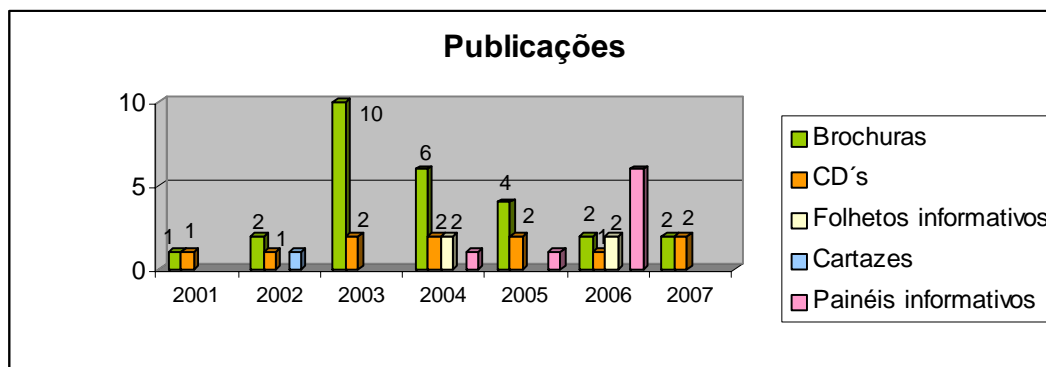
Realizaram-se, em parceria com uma vasta rede de parceiros, estabelecida ao longo dos anos em que a AESST coordena estas campanhas, 114 iniciativas que corresponderam aos mais variados formatos. Destas, 76 contaram com a presença institucional da representante do PFN, o Vice Presidente da AESST ou outros elementos da AESST. Foram no total, 40 seminários, 56 acções de sensibilização, 7 acções de sensibilização, 6 exposições, 4 jornadas de porta aberta, 1 concurso, 1 *workshop* e 1 acção de rua. (Quadro 50).

Quadro 50 - Evolução das actividades apoiadas pelo PFN



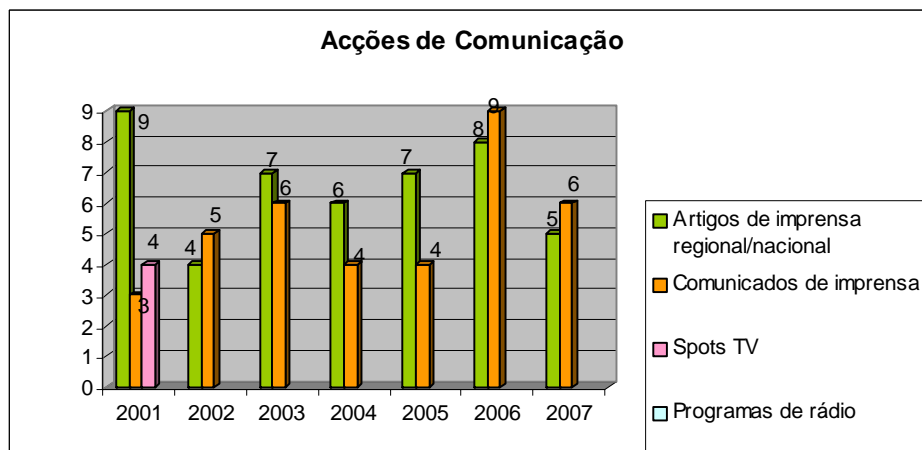
No âmbito da campanha foram produzidos alguns materiais alusivos ao tema, nomeadamente 2 brochuras sobre LMERT em contexto hospitalar e 2 CDs, um bibliográfico e outro informativo. (Quadro 51).

Quadro 51 - Publicações acompanhadas pelo PFN



Estas iniciativas foram suportadas por alguns instrumentos de comunicação, nomeadamente 5 artigos publicados na imprensa regional e em revistas da especialidade e 6 comunicados de imprensa, que deram origem a um número significativo de inserções. (Quadro 52).

Quadro 52 - Acções de Comunicação

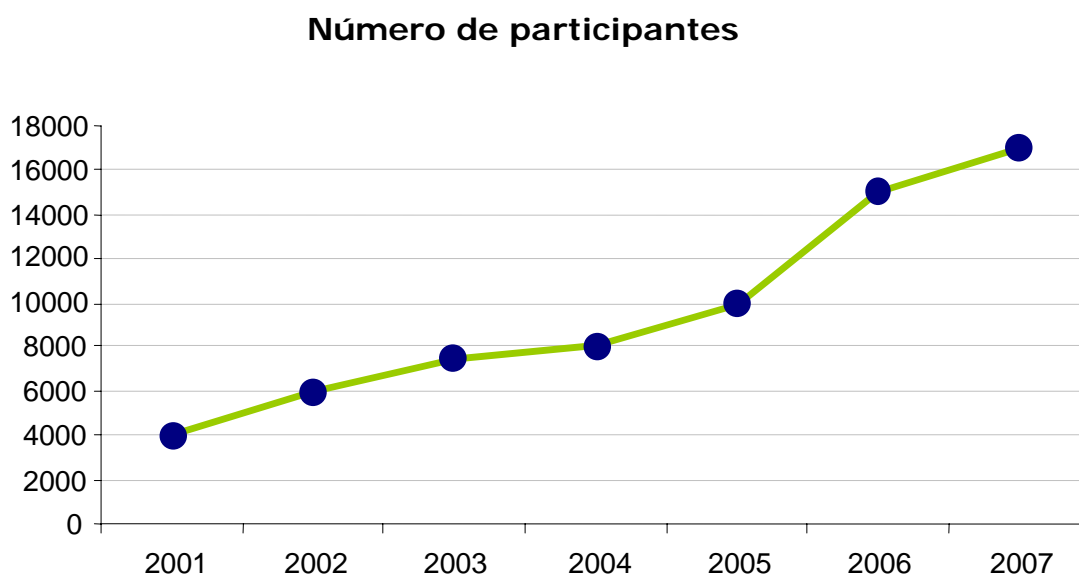


A campanha europeia "Atenção! Mais carga não", desenvolvida em Portugal pela ACT, enquanto Ponto Focal da Agência, foi uma campanha de informação que teve como objectivo sensibilizar os actores da prevenção para a importância de introduzir medidas ao nível da informação/formação e medidas preventivas no sentido de criar melhores índices de segurança e saúde dos trabalhadores e de produtividade nas empresas, numa perspectiva

enquadrada nos objectivos da Cimeira de Lisboa de criar qualidade no emprego, num esforço conjunto, que só poderá ser atingido através de um trabalho em rede. Os indicadores nacionais apresentados demonstram o empenho que a ACT colocou nesta iniciativa e no reforço da Rede de Prevenção de Riscos Profissionais.

O êxito da campanha pode-se avaliar não só pelo número de parceiros envolvidos mas sobretudo pelo número de participantes, que atingiram a casa dos 17.000. (Quadro 53)

Quadro 53 - Número de participantes



6.2. Representações nacionais

Todas as representações asseguradas em 2007 foram representações no âmbito da AESST.

6.2.1. Observatório de Riscos Emergentes

Para além do desenvolvimento das actividades referidas em 5.1.1.1, houve a participação numa reunião, em Bilbao. (Quadro VIII)

6.2.2. Grupo dos Pontos Focais Nacionais

Participação em 4 reuniões, 3 em Bilbao e uma em Dusseldorf

6.2.3. Grupo de Monitorização

Participação numa reunião. (Quadro 54)

6.2.4 Grupo Internet

Participação em 3 reuniões, uma em Lisboa (reunião virtual), uma em Bilbao e outra em Bruxelas. Nestas reuniões participa ainda um Técnico de Informática. (Quadro 54)

6.2.5. Reunião das Redes Internacionais de SST

Esta reunião decorreu em Düsseldorf, no âmbito do Congresso da OIT

6.2.6. Participação no Congresso da OIT em Düsseldorf

Reuniões da AESST

Reuniões	N.º de Reuniões
Pontos Focais	4
Observatório	1
INTERNET	3
Monitorização de SST	1
Reunião com outras redes europeias e internacionais de SST	1
TOTAL	10

<p>Outras colaborações</p>		<p>Lista de verificação da inclusão curricular no sistema educativo e de formação profissional português</p> <p>Desenvolvimento de competências curriculares transversais- ensino básico</p> <p>Guia pedagógico para professores e educadores sobre abordagens de SHST na escola</p> <p>GT5/ AISS- Comité de Educação Formação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Coordenação do Grupo de projecto de boas práticas- Divulgação do protocolo de Québec- Grupo de contacto da Agência Europeia: Estudo de caso PNESST- Caso Português de inclusão progressiva de SST no sistema educativo (FCT- Universidade Nova de Lisboa)- PASI: Plataforma Europeia para a Segurança Infantil: grupo de formação e estratégias nacionais para a prevenção de acidentes e promoção da segurança (Alto comissariado da Saúde e DGS)- Ponto Focal Nacional: Encerramento da Semana Europeia 2007 e outros eventos da campanha europeia (organização/dinamização)
-----------------------------------	--	---

8. REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

8.1. Nacionais

- Comissão Nacional de Protecção contra Radiações
- Comissão Consultiva do Instituto Português de Acreditação
- Plano Nacional da Acção Ambiente e Saúde (grupos de trabalho)
- Grupo de Trabalho “Estatísticas do Mercado de Trabalho”
- Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas
- Comissão Técnica de Normalização CT 42 “Segurança e Saúde do Trabalhador
- Grupo de Trabalho para o trabalho temporário, no âmbito da APESPE
- Grupo de Trabalho para a Formação de Profissionais da Educação no âmbito da Estratégia Nacional para a Segurança Infantil, Alto Comissariado da Saúde
- Grupo de Trabalho para a preparação da 5ª Conferência UE - EUA sobre Riscos Emergentes (tópico 3)
- Grupo de Trabalho que constitui a Comissão Executiva, nomeada para dar cumprimento ao disposto no Despacho Conjunto n.º 257/2006, de 15 de Março, relativo ao Regulamento da Construção Civil e da Coordenação de Segurança.
- Plataforma Laboral Contra a Sida
- Grupo de Acompanhamento da RSE e de apoio à participação no CSR
- Grupo de Acompanhamento do PNE/PNACE

8.2. Internacionais

- Conselho de Administração do Comité Consultivo para a Segurança, Higiene e a Protecção da Saúde no Local de Trabalho da União Europeia
Grupo de Trabalho sobre Radiações Ópticas, no Comité Consultivo da EU (para preparação do respectivo Guia de boas práticas)
- No âmbito da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho(AESST):
Conselho de Administração
Grupo de Trabalho “Monitorização
Observatório riscos emergentes
- Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho
- Promovido pela AESST:
Rede europeia para a formação – ENETOSH
Grupo ORECA (hotelaria e restauração)
WORKINGON - Rede mundial para a prevenção de AT e DP
- Grupo de Trabalho da Formação da METRONet

- GT5 da AISS (Educação e Formação para a Prevenção).
- CSR HLG (Corporate Social Responsibility - High Level Group - Grupo de Alto Nível em Responsabilidade Social)
- Fórum de Ética e Responsabilidade Social – Mirror Committee do ISO/TMB/WGSR
- Primeiras Jornadas Luso-Espanholas sobre Responsabilidade Social

Ainda a nível internacional há a referir a organização em Lisboa de um Seminário Internacional para a apresentação dos resultados do 4º Inquérito Europeu sobre Condições de Trabalho realizado pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho e a participação, em Cádiz, no II Congresso Iberoamericano de Prevenção de Riscos Laborais, onde Portugal foi signatário da importante Declaração aí aprovada.

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia foram organizados em Portugal dois importantes eventos:

- O seminário internacional “Melhorar a Qualidade e a Produtividade no Trabalho”, para apresentação da Nova Estratégia Comunitária de Segurança e Saúde no Trabalho 2007-2012;
- A 5ª Conferência Conjunta União Europeia/Estados Unidos da América sobre Segurança e Saúde no Trabalho.

9. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 2008-2012

Deixámos deliberadamente para o fim deste relatório a referência a uma realização que, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho marca indelevelmente o ano de 2007.

Estamos a referir-nos aos trabalhos de elaboração da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho que irá vigorar entre 2008 e 2012.

Esta Estratégia, que ancora na nova Estratégia Europeia para a SST 2007-2012, com ela partilhando o objectivo central da redução significativa e sustentada dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas com o trabalho, toma como ponto de partida a realidade nacional e, tal como recomendado na Estratégia Europeia, está estruturada de forma a conseguir um maior e mais eficaz cumprimento da lei por parte das micro, pequenas e médias empresas, as quais constituem o grosso do nosso tecido empresarial.

No decurso do último trimestre de 2007 assistiu-se à elaboração desta Estratégia e à sua discussão no seio do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho - também ele reactivado no decurso de 2007, após alguns anos sem reunir – onde mereceu a aprovação consensual dos parceiros sociais, patronais, sindicais e institucionais, sendo de realçar que a sua versão final acolheu sugestões de todos esses parceiros.

Trata-se do primeiro documento enquadrador, verdadeiramente estratégico, que irá nortear toda a actuação em termos de SST no nosso país por vários anos, sendo de destacar que a sua implementação será garantida (e monitorizada) através de planos anuais, a serem aprovados em sede de Conselho Consultivo da ACT. O primeiro desses planos anuais, para 2008, foi já consensualizado e aprovado pelos parceiros sociais e está em pleno desenvolvimento.

Pelo atrás exposto julgamos que a elaboração da Estratégia Nacional ficará para sempre como um marco do ano findo, na área da Segurança e Saúde no Trabalho, como um exemplo da convergência de vontades, de um desiderato comum de toda a nossa sociedade para mudar uma realidade que a ninguém satisfaz nem orgulha, mas que só poderá ser alterada através do esforço de todos.

Lisboa, Abril de 2008

ANEXOS

Anexo I

Entidade	Actividade
Universidade da Figueira da Foz	Seminário SHT - Programas práticas e Experiências
ESEC	Primeiras Jornadas de SHST
ISEC	Seminário LMERT
UGT	Comemorações do 1º de Maio
APSET - Associação Portuguesa de Segurança e Higiene do Trabalho	Seminário "Os novos desafios da Segurança e Saúde do Trabalho"
Centro Hospitalar do Alto Minho EPE - Hosp. de Santa Luzia	Seminário "Músculo-esqueléticas em contexto Hospitalar"
APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade - Delegação Regional do Norte	Seminário "Traumatologia do Trabalho"
Escola Profissional Bento de Jesus Caraça	Acção de sensibilização
PNESST / Instituto Politécnico de Castelo Branco – IPCC	Seminário "Fórum Educar para o futuro"
PNESST / Instituto Politécnico de Portalegre	Seminário "Educar para uma Cultura de Prevenção"
PNESST / Instituto Politécnico de Leiria	Conferência "Gestão integrada - segurança, ambiente e qualidade"
Polos de contacto - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Formação	Acções de sensibilização a clientes do sector da construção civil
PNESST/ Instituto Politécnico do Porto	Acção de sensibilização
Edscha Portugal	Acção de sensibilização
PNESST Beja / "Forças vivas de Beja"	Reunião trabalho
PNESST/Viseu	Acções de sensibilização
CENFIC	Acções de sensibilização

FiloMarketing	Acções de sensibilização
PNESST / Escola Superior de Educação de Portalegre	Acções de sensibilização
PNESST / Instituto Politécnico de Santarém	Acção sensibilização Escolas
ISQ	1 ^{as} Jornadas Técnicas Vibroacústica e Vibrações do Corpo Humano
PNESST/ Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve	Seminário "Segurança - um valor para a Educação"
PF / Câmara Municipal de Chaves	Sessão de Lançamento da Campanha Europeia LMERT
Sonae Indústria, Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, SA	Sensibilização sobre Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho
Forças Armadas	Exposição temática
Direcção Regional do Trabalho da RA Madeira	Expomadeira 2007
Blaupunkt Auto-Rádio Portuguesa, Lda. Grupo BOSH	Acções de sensibilização
Direcção Regional do Trabalho da RA Madeira	Expo Porto Santo 2007
Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	Seminário "Segurança e Higiene no Trabalho: a Hora da Mudança"
Município de Torres Novas - Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho	Acções de sensibilização locais de trabalho do Município
ADILCAN	Feira e Mostra de Actividades Económicas do Concelho de Ansião
ACIB - Associação Industrial da Bairrada	Jornadas de Porta Aberta
CIFAST	IV Jornadas Técnicas Internacionais CIFAST
Gomes de Castro	Acções de sensibilização junto do seus clientes
Budelpack Alverca - Departamento de Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde Ocupacional	Actividades de sensibilização junto dos trabalhadores
AICCOPN/CICCOPN	Seminário "As Lesões Músculo-Esqueléticas no Sector da Construção"
Câmara Municipal de Fafe	Seminário "Segurança para todos"

Grupo Salvador Caetano	Acções de sensibilização nas empresas do Grupo
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	1º Fórum Internacional de SHST - A gestão da SST como factor de melhoria da qualidade e produtividade do trabalho
Câmara Municipal de Espinho	Acções de Sensibilização
Amorim Revestimentos, SA	Acções de Sensibilização
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Seminário
RAR - Serviços de Assistência Clínica	Acções de sensibilização junto das empresas clientes
ISMAI	12º Simpósio do Ismai - Atenção! Mais carga não
PF/APERGO/FMH/C. Mun. Sintra	Conferência LMRT
Segurimed	Acção de Formação a grupo de 40 trabalhadores da Simi, SA
Município de Torres Novas	Acções de sensibilização escolas básicas, secundárias e Preparatórias
Município de Penafiel	Seminário "Prevenção das lesões musculoesqueléticas"
Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara	Seminário Prevenção das lesões musculoesqueléticas
Município de Guimarães	Seminário Prevenção das lesões musculoesqueléticas
Revista Segurança	2º Fórum amianto e 1º seminário sobre substâncias perigosas
Revista Segurança	Conferência Lesões musculoesqueléticas relacionadas com o trabalho
Centro de Saúde de Ílhavo - Serviço de Saúde Pública	Acção de sensibilização
Câmara Municipal de S. Brás de Alportel	Acção de sensibilização
Fiequimetal	Seminário sobre Prevenção das lesões músculo-esqueléticas
Hospital de Braga	Acções de sensibilização
Gabinete de Prevenção de Acidentes da Inspeção-Geral da Força Aérea	Acção de apresentação da ACT no curso de Formação de Pessoal da Força Aérea - curso de segurança em terra e ambiente

3 Escolas	Acção de Sensibilização
ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Acção de sensibilização no âmbito da disciplina de Higiene e Segurança Industrial
Agrupamento de escolas Professor Armando Lucena	Aulas do Curso de Educação e Formação Serviço de Mesa e Operador de Informática
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	Seminário Higiene e Segurança no Trabalho
Direcção Regional do Trabalho RAM	Seminário "Atenção! mais carga não"
Administração do Trabalho de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe	Acções de formação em Moçambique e São Tomé e Príncipe
Inspeccção Regional do Trabalho da RAA	3 Seminários Atenção! Mais carga não
Câmara Municipal do Porto	VII Jornadas de Seg., Hig e saúde no Trabalho - Atenção! Mais Carga não
Gabinete de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da Universidade de Coimbra	Jornadas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SILVICAIMA – Sociedade Silvícola Caima, S.A.	Acções de Sensibilização
Escola Superior de Tecnologia do IP Castelo Branco	Material da Conferência LMERT - Sintra
Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Seminário Prevenção das Lesões Músculo-esqueléticas – uma campanha europeia
PNESST/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Seminário Segurança, Saúde e Bem-estar no Trabalho - Educar para a prevenção
Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Seminário por um trabalho sem dor - Encerramento da Campanha LMERT
Nerlei - Associação Empresarial da Região de Leiria	O contributo da prevenção de riscos profissionais para a produtividade das empresas
Gabinete de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da Universidade de Coimbra	Reunião Geral da UC
PNESST Viseu	Sensibilização junto das Escolas do Distrito de Viseu